



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

DANIELLE DE CÁSSIA AFONSO RAMOS

**REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A
INSTRUÇÃO PÚBLICA E A EDUCAÇÃO NO MARANHÃO DO SÉCULO
XIX**

**Brasília, DF.
Dezembro de 2017**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

DANIELLE DE CÁSSIA AFONSO RAMOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Juarez José T. dos Anjos

Brasília, DF

Dezembro de 2017

TERMO DE APROVAÇÃO

DANIELLE DE CÁSSIA AFONSO RAMOS

**REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A
INSTRUÇÃO PÚBLICA E A EDUCAÇÃO NO MARANHÃO DO SÉCULO
XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Juarez José T. dos Anjos

Professor Doutor Juarez José T. dos Anjos.
(Orientador - Universidade de Brasília)

Professora Doutora Daniela Xábregas Pamplona Nogueira.
(Examinadora - Universidade de Brasília)

Professor Doutor José Luiz Villar Mella.
(Examinador - Universidade de Brasília)

**Brasília, DF.
Dezembro de 2017.**

AGRADECIMENTOS

Aos que conhecem minha caminhada acadêmica na Universidade de Brasília sabem que foram anos de aprendizado, amadurecimento, conquistas, angústias, mudanças e alegrias. Mas em todos os momentos estive amparada por “anjos da guarda” que contribuíram para que eu atingisse ao meu objetivo.

Inicio meus agradecimentos à *Zambiapongo*, criador do Universo na cultura africana Bantu, por me conceder a dádiva da vida e religar-me aos ancestrais.

Agradeço de coração ao meu maior incentivador - Messias Salatiel Ramos – pela paciência, amor e parceria em mais um sonho realizado.

Sou grata à minha mãe, um exemplo de dignidade, humildade, força, garra e perseverança. Ao meu pai e madrasta, aos meus irmãos, às minhas enteadas e sobrinhos amados pela torcida e fé.

Agradeço aos professores da Faculdade de Educação, em especial, àqueles que de alguma forma marcaram minha formação: Rosângela Côrrea, José Vieira, Marilete Paixão, Davi Pereira, Graciela Watanabe e Solange Amato.

Por fim, minha eterna gratidão ao orientador professor doutor Juarez José T. dos Anjos por acreditar e apoiar minhas descobertas, além de guiar meus primeiros passos na pesquisa histórica.

*“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria substância”.*

(Simone de Beauvoir)

“A inteligência é a insolência educada”.

(Aristóteles)

Resumo

A pesquisa tem por objeto de estudo uma revista pedagógica no Maranhão do século XIX. O problema constitui-se em investigar quais eram as concepções de instrução e educação veiculadas nas páginas da *Revista de Instrução e Educação* publicada entre 1877 e 1878. O objetivo geral é identificar as concepções de educação e instrução veiculadas no impresso em questão, entre os meses de agosto a outubro de 1877. E mais especificamente, pretende-se entender o lugar dessa revista no quadro da história e da historiografia sobre a imprensa pedagógica no Império e na Província do Maranhão; compreender a estrutura organizativa da escolarização maranhense durante o Império enquanto contexto de surgimento da revista; e, por fim, examinar as estratégias discursivas e os conteúdos relativos à educação e a instrução veiculados nas páginas do periódico. Adotou-se a análise metodológica de impressos proposta por Zicman (1985), dividida em quatro eixos: aspectos formais e materiais, aspectos históricos, aspectos econômicos e aspectos da clientela do jornal. Ao analisar as estratégias discursivas e os conteúdos sobre educação e instrução, verificou-se a função moral, civilizatória e pedagógica, direcionada, principalmente, à educação popular de adultos trabalhadores. No que tange as concepções de instrução a revista discutiu sobre a profissão docente e o papel desempenhado pelo professor; sobre conteúdos vinculados à obrigatoriedade escolar; sobre a iniciativa privada e associativismo. Em relação às concepções de educação, estas estavam fortemente associadas à moral e família, revelando uma marca acentuada da religião católica.

Palavras-Chave: Imprensa pedagógica. Maranhão. Instrução. Educação. Século XIX.

LISTA FIGURAS

Figura 1 – Eixos de análise metodológica de impressos	33
Figura 2 – José Maria Correia de Frias.....	34
Figura 3 – Fac-símile do Jornal Diário do Maranhão nº1200	35
Figura 4 – Fac-símile da Revista de Instrução e Educação nº2	37
Figura 5 – Tópicos abordados na análise da Revista de Instrução e Educação	42

LISTA QUADROS

Quadro 1 – Relação de redatores/autores e títulos das publicações	36
Quadro 2 – Comparação dos valores da assinatura entre periódicos	38
Quadro 3 – Valores de itens anunciados no jornal Diário do Maranhão	38
Quadro 4 – Relação cronológica das publicações da Revista.....	40
Quadro 5 – Valores dos ordenados dos professores no Maranhão	46

SUMÁRIO

PARTE I

MEMORIAL	10
----------------	----

PARTE II

INTRODUÇÃO.....	10
-----------------	----

1 DA IMPRENSA A IMPRENSA PEDAGÓGICA: UM BREVE PERCURSO PELA HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO.....	15
--	----

1.1 A imprensa e a imprensa pedagógica na Brasil Império.....	15
---	----

1.2 A imprensa e a imprensa pedagógica na Província do Maranhão	20
---	----

2 REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO	26
--	----

2.1 Educação na Província do Maranhão	26
---	----

2.2 A Revista de Instrução e Educação	32
---	----

3 DESCORTINANDO O DISCURSO DA REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO.....	42
--	----

3.1 Aspectos diretamente ligados à instrução.....	43
---	----

3.1.1 O papel atribuído ao professor.....	43
---	----

3.1.2 A Escola Obrigatória e a Educação Popular.....	48
--	----

3.1.3 Iniciativa Privada no Cenário Educacional – Sociedade Auxiliadora Maranhense	53
--	----

3.2 Aspectos diretamente ligados à educação.....	56
--	----

3.2.1 Educação Moral e Religiosa.....	56
---------------------------------------	----

3.2.2 O Papel da Família na Educação.....	59
---	----

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
------------------------------	----

FONTES	65
--------------	----

REFERÊNCIAS	66
-------------------	----

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....	73
---------------------------------	----

ANEXO	74
-------------	----

I - Mapa das escolas e alunos que deveria ter cada Província brasileira	74
---	----

APÊNDICE	75
----------------	----

I - Levantamento dos jornais publicados no Maranhão	75
---	----

MEMORIAL

Em 2010, me formei em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Trabalhava com assessoria de imprensa, especificamente, com parlamentares. Em um dado momento, me cansei daquela dinâmica e resolvi que precisava fazer algo em que me sentisse mais 'útil' a sociedade.

Por isso, em 2013, decidi que me tornaria professora. Fiz vestibular para Licenciatura em Matemática na Universidade de Brasília. O curso não era nada fácil, foram dias angustiantes, até que no quarto semestre tive duas disciplinas obrigatórias que eram ministradas pela Faculdade de Educação: Organização da Educação Brasileira e Didática Fundamental.

A partir de então, comecei a introduzir disciplinas da Faculdade de Educação na minha grade curricular. E ao cursar Antropologia e Educação e Processos de Alfabetização Infantil, simplesmente me encantei pela abordagem humanizada das disciplinas, que eram completamente diferentes da Licenciatura em Matemática.

No início do meu quinto semestre em Matemática, decidi solicitar a mudança de curso interna, e obtive sucesso. No primeiro semestre de 2015, iniciava o curso de Pedagogia.

Minha estratégia foi me matricular, inicialmente, nas matérias obrigatórias e experimentar todos os desafios que a Faculdade de Educação me proporcionaria. Foram muitas disciplinas, e várias delas despertaram meu interesse. Porém, quando cursei a disciplina História da Educação Brasileira, senti uma afinidade com o tema e com o professor; tanto que no semestre seguinte, me inscrevi como monitora da disciplina.

Confesso que sempre gostei de História e percebendo que na instituição não havia grupo de pesquisa e poucos trabalhos de conclusão de curso dentro da temática; em uma conversa informal com o professor Juarez dos Anjos, durante as férias, decidi que era o momento de me aventurar e escrever sobre História da Educação Brasileira. Assim, ao longo de dois semestres me deleitei em leituras que remeteram ao século XIX e aos tempos de Império brasileiro.

INTRODUÇÃO

O período imperial (1822-1889), que se estende da Independência do Brasil à Proclamação da República, foi marcado pelos debates sobre a escolarização da população e criação de legislação sobre a instrução (Alves, 2010). Como explicam José Gondra e Alessandra Schueler (2008), nas pesquisas recentes.

Os historiadores da educação brasileira têm chamado a atenção para os processos de constituição da forma escolar de educação, implementada ao longo do século XIX, em meio a disputas e tensões, associada aos projetos de nação e à formação do Estado brasileiro. Exorcizando marcos cronológicos rígidos e lineares, os historiadores têm produzido um novo olhar sobre os Oitocentos, caracterizando-o como um período fértil de debates, iniciativas e práticas educativas. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.19)

Nesse contexto, a imprensa¹, se estabeleceu como propagadora da educação entre a população, sobretudo, o gênero que, aos poucos, foi se especializando em assuntos educacionais, configurando no que hoje os historiadores denominam de imprensa pedagógica ou imprensa de educação e de ensino.

Maria Helena Câmara Bastos (2009) ao pesquisar sobre a instrução pública em periódicos no Rio de Janeiro, afirma que a imprensa de educação e de ensino é composta de impressos destinados, principalmente, aos professores, e pretendia guiar suas práticas oferecendo informações sobre os programas oficiais. Por essa razão, a pesquisa sobre a história da educação, “possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, além das práticas educativas e escolares. É um excelente observatório, uma fotografia da ideologia que preside”. (Bastos, 2009, p.2).

Denice B. Catani (1996), por sua vez, considera que as pesquisas sobre as revistas educacionais são uma alternativa potencial de investigação, na busca de dimensões recentemente exploradas pelos pesquisadores historiográficos, além de contribuir para a superação das limitações de acesso a informações sobre a escola e a educação no passado.

As revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos

¹ A Imprensa instala-se oficialmente no Brasil em 1808 com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. (Palares-Burke, 1998).

modos de funcionamento do campo educacional, enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Por outro lado, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares. (CATANI, 1996, p.3)

É por essa razão que o campo da história da educação brasileira vem se dedicando a pesquisas que tomam como fonte e/ou objeto de estudo a imprensa pedagógica do século XIX. São bons exemplos disso os trabalhos de Maria Helena Câmara Bastos (2009) acerca do periódico ‘A Instrução Pública’, editado no Rio de Janeiro (1872-1874/1887-1888); Maria Lúcia G. Pallares-Burke (1998) com o jornal ‘O Carapuceiro’ (primeira metade do século XIX), José Gonçalves Gondra (2015) que estudou a revista ‘A Escola’ (1877-1878), dentre outros pesquisadores.

Muitos dos estudos sobre a imprensa educacional no Império, porém, ainda se concentra na Corte Imperial ou na região sudeste. Mas, diferente do que muitas vezes se presumiu, no século XIX, o debate intelectual no Brasil não esteve restrito ao que hoje chamaríamos de eixo Rio - São Paulo. Naquela época, os polos do Império² eram outros e, muitas vezes, era nas chamadas províncias do norte, atualmente, região Norte e Nordeste, que encontramos amostras significativas das discussões sobre a educação. Uma compreensão mais aprofundada da educação no Império passa necessariamente, pelo estudo do que se discutia nessa região.

No século XIX, a província do Maranhão era uma das mais ricas do país. Para Silva, Borges e Mendes (2011, p.2) a cultura de algodão, arroz, açúcar, e a abundância de mão de obra barata colocou o Maranhão como uma das províncias mais prósperas, “chegando a ser a quarta maior economia do país, sendo superado somente pela Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco”.

A Revista de Instrução e Educação³, publicada aos sábados pela tipografia de José Maria Correia de Frias, tinha como principal objetivo difundir instrução e plano de conduta às classes desfavorecidas. Considerando que a

² O território do Império brasileiro era dividido em 20 províncias: São Pedro do Sul, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Grão Pará, Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, Rio de Janeiro, e posteriormente, Paraná. (CORRÊA, 2003)

³ A grafia original do impresso é Revista de **Instrucção** e Educação, mas nesta pesquisa convencionamos grafá-la seguindo as regras gramaticais atuais: Revista de **Instrução** e Educação.

revista circulava na capital da província, inferimos que o conteúdo divulgado nela era atual e importante para aquele contexto; e correlacionado aos assuntos das demais províncias brasileiras. Partindo desse entendimento é que esta pesquisa volta-se a investigar sobre quais eram as concepções de instrução e educação veiculadas nas páginas da Revista de Instrução e Educação.

Dito isto, o objetivo geral deste trabalho será identificar as concepções de educação e instrução⁴ divulgadas pela Revista Instrução e Educação, em circulação no Maranhão, entre agosto e outubro de 1877.

Especificamente, pretende-se entender o lugar da Revista de Instrução e Educação no quadro da história e da historiografia sobre a imprensa pedagógica no Império e na Província do Maranhão; compreender a estrutura organizativa da escolarização maranhense durante o Império enquanto contexto de surgimento da revista; e, por fim, examinar as estratégias discursivas e os conteúdos relativos à educação e a instrução veiculados nas páginas deste impresso pedagógico maranhense.

O recorte temporal adotado abarca somente os dez primeiros números da revista publicados de agosto a outubro de 1877. No decorrer da pesquisa identificou-se que, a partir do 11º número, parece ter se iniciado uma nova fase editorial da revista, na qual ela se afasta das preocupações mais ligadas à educação e instrução, que a originaram, e se aproxima do movimento ultramontano⁵, tornando-

⁴ Neste trabalho, educação e instrução, estão sendo entendidas nos termos propostos por Gondra e Schneider: “O emprego os termos educação e instrução, considerando que essa distinção pauta o debate acerca das modalidades de intervenção educativa no século XIX. O primeiro remetendo a um conjunto de ações muito difusas, que recobre aspectos variados das condutas dos diferentes sujeitos sociais. Já o termo instrução parece estar mais acoplado à ideia de escolarização, articulando-se, portanto, com o conjunto de medidas voltadas para organizar e legitimar o equipamento escolar na sociedade brasileira, tais como: a questão das idades, dos tempos, saberes, espaços, métodos, professores, gestão, liberdade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino, por exemplo. A título de simples ilustração, vale lembrar o emprego do termo instrução para designar os responsáveis locais por essa questão e o nome atribuído a alguns periódicos especializados no debate acerca da escolarização do povo. Por vezes, os dois termos - educação e instrução – comparecem na literatura pedagógica ora como sinônimos, ora como descritores de fenômenos distintos. Nesse caso, consideramos importante rever e observar o seu emprego e o que pretendem descrever em cada caso, na medida em que possuem carga de significação distinta, cuja diferença parece mantida no uso corrente até nossos dias”. (GONDRA e SCHNEIDER, 2011, p.12-13).

⁵ Durante o século XIX, diante do liberalismo e da modernidade na Europa e no Brasil, a Igreja Católica adotou um conjunto de medidas em que seus líderes reivindicavam, principalmente, a autonomia pastoral frente ao Estado. “As principais características do catolicismo ultramontano são o centralismo em Roma e na pessoa do Papa, o reforço da autonomia do episcopado em assuntos religiosos e a retomada das decisões fundamentais do Concílio de Trento (Manoel, 2004). No Brasil, o catolicismo ultramontano implicou ainda o empenho pela formação do clero em seminários controlados pelos bispos, ligando os sacerdotes às questões mais espirituais e afastando-os das questões sociais e da política (Lustosa, 1977), e o combate às práticas do catolicismo tradicional

se uma revista eminentemente religiosa. Essa peculiaridade, inclusive, revela de antemão uma característica que esse periódico tem quando comparado ao gênero “imprensa pedagógica” conforme geralmente o caracteriza a historiografia. Por ser o primeiro do gênero na Província, ele parece ter assumido tanto características de imprensa pedagógica quanto de imprensa literária, sendo, porém, a nosso ver, a dimensão pedagógica aquela que mais se sobressai, ao menos, nos dez primeiros números, razão da baliza cronológica que aqui iremos empregar.

Em relação às fontes para uma história da educação, Lopes e Galvão (2010, p.65) afirmam que “o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido. No limite, podemos apenas entender seus fragmentos, suas incertezas”. As autoras declaram que temos acesso ao passado através dos vestígios e traços deixados por indivíduos das sociedades passadas, ou seja, a matéria-prima básica dos historiadores: as fontes.

Lopes e Galvão (2010) destacam que durante muitos anos, pesquisadores recorreram apenas às fontes oficiais escritas (leis, relatórios, atas, programas de ensino e outros) e obras de pensadores/educadores renomados. No entanto, com a ampliação dos temas pesquisados, historiadores tiveram que intensificar e diversificar o uso das fontes.

Os jornais e as revistas são utilizados há mais tempo e gozam de maior prestígio na pesquisa historiográfica. Os historiadores da educação têm se voltado, sobretudo, os impressos que circulavam entre o público escolar. Pesquisas que abordam a imprensa pedagógica (como fonte e/ou como objeto) e os jornais produzidos por alunos, por exemplo, têm se tornado cada vez mais frequentes. Os editoriais, as cartas ao leitor, as cartas do leitor e as seções de um periódico são elementos fundamentais de análise para uma história da educação, do livro e da leitura, dos professores e professoras. (LOPES e GALVÃO, 2010, p. 75)

Dentre as inúmeras propostas de análise metodológica de impressos, a utilizada por Zicman (1985) se mostra bem minuciosa e divide-se em eixos: aspectos formais e materiais; aspectos históricos; aspectos econômicos e aspectos da clientela do jornal.

a) Aspectos formais e materiais do jornal: a.1.qualidade do papel; a.2.formato; a.3. número de páginas; a.4. tipografia: tamanho, tipo de impressão; a.5. ilustrações: fotos, desenhos, caricaturas, gráficos; a.6. primeira página: a vitrine do jornal; a.7.composição: organização e distribuição das colunas e seções, disposição dos textos, títulos e

ilustrações no interior do jornal; a.8. nome: elemento de reconhecimento e de identificação do jornal; a.9.sistema de títulos: títulos, subtítulos e intertítulos das matérias e artigos (denotam geralmente o “sentido” escolhido pelo jornal). **b) Aspectos históricos do jornal:** b.1.origem do jornal: local de publicação, data de fundação, membros fundadores, contrato social da empresa; b.2. proprietários e diretores do jornal [...]; b.4.corpo de redação do jornal: editorialistas e articulistas; [...] **c) Aspectos econômicos do jornal:** [...] c.2. tiragem: um dos elementos mais interessantes e que permite apreciar a importância relativa de cada jornal; c.3.publicidade: fornece também indicações sobre o tipo de público leitor e sobre o clima econômico do período estudado; c.4. difusão: sistema de vendas e de distribuição (implica no comportamento da compra); c.5.preço: estabelecer relações com custo de vida, salário médio e número de páginas do jornal. **d) Aspectos da clientela do jornal:** o público leitor alvo: d.1. destinatários explícitos, seção de carta ao leitor, anúncios publicitários, doares ocasionais; d.2. idade, sexo, situação profissionais, classe social [...] (ZICMAN, 1985, p.93-94, *grifo nosso*)

No que se refere à fonte pesquisada, a Revista de Instrução e Educação, percorreremos alguns passos citados acima, considerando as peculiaridades e especificidades do periódico que será analisado.

A Revista de Instrução e Educação foi consultada através do acervo da Biblioteca Nacional, recentemente digitalizado e disponibilizado aos usuários, no portal da Hemeroteca Digital Brasileira, que torna acessíveis os periódicos nacionais (jornais, revistas, boletins, anuários, etc.) através da internet. Essa iniciativa facilita o acesso dos pesquisadores ao vasto acervo da biblioteca.

O trabalho de conclusão de curso se divide em três capítulos e procura responder aos objetivos específicos propostos anteriormente.

1 DA IMPRENSA A IMPRENSA PEDAGÓGICA: UM BREVE PERCURSO PELA HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

Nesse primeiro capítulo pretendemos entender o lugar da Revista de Instrução e Educação no quadro da história e da historiografia sobre a imprensa pedagógica no Império e na Província do Maranhão.

Primeiramente abordaremos o surgimento da imprensa no Brasil, assim como a gênese da imprensa pedagógica brasileira. Em seguida, trataremos do surgimento da imprensa na Província do Maranhão, da importância das tipografias e do florescimento da imprensa pedagógica maranhense no século XIX.

1.1 A imprensa e a imprensa pedagógica na Brasil Império

As pesquisas historiográficas, até o início do século XX, se dedicavam, majoritariamente, às fontes consideradas oficiais - leis, decretos, relatórios e outros. Naquele momento, o material produzido pela Imprensa não era considerado 'documento' devido a sua parcialidade e subjetividade.

Jordana Coutinho Caliri (2014) dissertando sobre a imprensa amazonense relatou que essa concepção de documento foi modificada a partir da Escola dos Annales⁶.

⁶ “Da produção intelectual, no campo da historiografia, no século XX, uma importante parcela do que existe de mais inovador, notável e significativo, origina-se da França. *La nouvelle histoire*, como é frequentemente chamada, é pelo menos tão conhecida como francesa e tão controvertida quanto *La nouvelle cuisine* (Le goff, 1978). Uma boa parte dessa nova história é o produto de um pequeno grupo associado à revista *Annales*, criada em 1929. Embora esse grupo seja chamado geralmente de a Escola dos *Annales*, por se enfatizar o que possuem em comum, seus membros, muitas vezes negam sua existência ao realçarem as diferentes contribuições individuais no interior do grupo. O núcleo central do grupo é formado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. [...] A revista foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações. As ideias diretrizes da revista, que criou e excitou entusiasmo em muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras”. (BURKE, 1991, p.11-12)

O culto ao documento como símbolo da verdade foi duramente criticado e abandonado. Ao historiador cabia trabalhar com os documentos não mais para recuperar a verdade sobre o passado, e sim, recuperar uma das faces que compunham o processo histórico e, dessa forma, o documento deixou de ser visto como o espelho da verdade, e passou a significar uma construção dos homens em um determinado momento do passado. (CALIRI, 2014, p.16)

Assim, ampliaram-se tanto os temas como as fontes de pesquisa. Como Lopes e Galvão (2010, p.68) afirmam “a história se faz com base em qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas”. Por isso, indícios históricos do cotidiano em sociedade que foram desprezados outrora, ganharam importância e relevância na historiografia.

Recentemente, a ‘imprensa’, tornou-se fonte documental e objeto de estudo, constituindo-se em um vasto material para pesquisas. Diante do exposto, consideramos relevante destacar alguns aspectos relacionados ao surgimento da imprensa⁷, no Brasil.

Inicialmente, não era permitido à Colônia atividades tipográficas. Os impressos que aqui chegavam eram vindos de Portugal, França e Inglaterra. Marialva Carlos Barbosa (2008), em suas reflexões sobre a imprensa de 1808, afirma que as razões sociais, econômicas, políticas explicariam por si só os motivos da não circulação, antes de 1808, de jornais impressos no Brasil.

Claro está que as proibições à circulação dos impressos impossibilitavam os trabalhos de impressão na Colônia, o que não impedia a existência de tipografias clandestinas e a circulação de manuscritos com o sentido de fazer proliferar ideias e opiniões. [...] A chegada da Família Real, em 1808, de fato possibilitou o desenvolvimento da cidade, ampliando o universo populacional entre outras mudanças, materializando condições mínimas indispensáveis para a necessidade de circulação de ideias de maneira mais ampla. (BARBOSA, 2008, p.92-93)

Apesar da existência de manuscritos e impressos considerados ilegais, a imprensa em sentido estrito, ou seja, acessível ao público em geral, surgiu no Brasil com a ‘Imprensa Régia’, materializada no impresso Gazeta do Rio de Janeiro, no dia 10 de setembro de 1808. Porém, convém lembrar que o primeiro jornal que se referia ao Brasil e fazia críticas ao governo, foi o Correio Braziliense. Este era

⁷ “No continente europeu já existiam tipografias desde meados do século XV, nas Américas a atividade impressora (embora escassa) surge no século XVI, décadas após a chegada dos europeus. A imprensa periódica, propriamente, nasce no século XVII, no chamado Velho Mundo e somente no século seguinte surge nas Américas inglesa e espanhola. Eram, ainda assim, iniciativas com defasagens em relação à Europa, sob vigilância e repressão das autoridades e aparecendo de forma esparsa”. (MARTINS e LUCA, 2008, p.23)

editado em Londres, por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça⁸ e trazido ao país clandestinamente, a partir de 1º junho de 1808 (Morel, 2008). Segundo Carlos Erick Brito de Sousa (2009), Hipólito da Costa escrevia de Londres porque fora exilado por acreditar e defender ideais liberais e democráticos, além de criticar as versões da imprensa oficial.

Havia toda uma rede de relações que tanto enviava informações para Hipólito (fontes epistolares) como colaborava para a entrada de seus impressos no país; percebe-se aí o apoio de uma parcela de pessoas influentes na sociedade. O jornal era encarado como material subversivo, sendo apreendido e censurado e processado em todos os territórios lusitanos, onde a polícia se encarregava de tentar impedir sua circulação, porém, muitas destas empreitadas eram mal sucedidas, e a voz do jornalista ganhava ecos. (SOUSA, 2009, p.158-159)

Com o fim da censura régia⁹, em março de 1821, e posteriormente, com a Independência do país, em 1822, é que surgiram condições¹⁰ para a proliferação de jornais, inclusive nas demais províncias¹¹ distantes do Rio de Janeiro.

A Independência do país marcará a proliferação de periódicos, em decorrência do aumento do público-leitor, do acréscimo gradativo do público feminino, e de maior interesse por questões políticas, contribuindo para o incremento, diversificação e maior circulação da imprensa, por todas as províncias. (BASTOS, 1997, p.176)

Palares-Burke (1998) salienta que os impressos tornaram-se indispensáveis e foram considerados sinônimos de progresso, liberdade e educação.

Recém-emancipada da ordem política absolutista, a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas. De existência em geral, efêmera, os novos periódicos têm também

⁸ “Hipólito José da Costa justificou-se de fazer no estrangeiro o seu jornal: ‘resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos’. Razões óbvias: teria sido mesmo difícil, senão impossível, manter folha imune à censura, aqui, no início do século XIX”. (SODRÉ, 1999, p.20)

⁹ “Com a revolução do Porto, a situação periodística brasileira começa a mudar. Em 26 de fevereiro de 1821, após um levante militar da Divisão Portuguesa, que defendia a imediata adoção da Constituição espanhola, D. João compromete-se a aceitar a Constituição. Esse documento copiava a declaração francesa dos direitos do homem no que dizia respeito à liberdade de expressão”. (NUNES, 2010, p.36)

¹⁰ “No campo da impressão as proibições foram retiradas e o Brasil recebeu os mais modernos equipamentos gráficos da época. Foi o primeiro país, depois da Inglaterra, antes mesmo dos Estados Unidos ou da Europa continental, a utilizar os prelos metálicos Stanhope, que tinham acabado de ser desenvolvido, o maior avanço desde os tempos de Gutenberg”. (MOLINA, 2015, p.79)

¹¹ “A segunda oficina instalada no Brasil, depois da Impressão Régia, foi na Bahia, em 1811. A Idade d’Ouro do Brasil, a gazeta, começou a circular em 14 de maio de 1811. Adotara esse nome porque acreditava que a vinda da família real marcava o início de uma idade de ouro para o país”. (MOLINA, 2015, p.125-126)

em comum, títulos bastante reveladores, que aludem ao seu papel de guia e educadores da sociedade. “Monitores, Lanternas, Despertadores, Mentores, Faróis, Auroras”, aparecem em profusão em toda a América Latina e se autodescrevem como indispensáveis “difusores de luz”, veículos de cultura, progresso e liberdade. (PALARES-BURKE, 1998, p.4)

A historiografia da educação recente, porém, tem observado que no bojo dessa imprensa, surgiu também uma imprensa específica, dedicada aos assuntos educacionais; nomeada de imprensa de educação e ensino ou imprensa pedagógica por Maria Helena Câmara Bastos e Denice B. Catani (1997).

Com a preocupação de avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas e as práticas educativas, a imprensa periódica educacional – feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições (sindicatos, partidos políticos, associações e Igreja), contém e oferece muitos dados básicos para a compreensão da História da Educação e o Ensino. (BASTOS e CATANI, 1997, p.5)

Denice B. Catani (1997) revela que a imprensa pedagógica tornou-se um guia prático do dia a dia educacional e escolar, permitindo analisar o pensamento pedagógico de um setor ou grupo social a partir da análise do discurso veiculado e do reflexo dos temas veiculados, dentro e fora do ambiente escolar.

Nos últimos tempos, pesquisadores de diversos países tem se debruçado em pesquisas sobre os impressos especializados em educação. Procurando por referências que pudessem colaborar nas questões sobre a importância da ‘Imprensa Pedagógica’ como fonte e objeto de pesquisa, algumas foram consideradas basilares, por isso, serão apresentadas como obras de referência neste estudo.

Em Portugal, António Nóvoa em ‘A Imprensa de Educação e Ensino: Concepção e Organização do Repertório Português’, destacou que é através da imprensa que se manifestam a maior parte das ideias, dos projetos, anseios e realidades dos envolvidos no processo. Nessa ocasião, analisou um repertório das publicações especializadas durante os séculos XIX e XX, concluindo que “abundante e diversa, a imprensa pedagógica é um mídia muito mais interativo que os tratados ou os manuais e dessa maneira constitui um dos melhores observatórios do movimento social na obra da escola e da formação”. (Nóvoa, 1997, 46).

Pierre e Pénélope Caspard publicaram – ‘Imprensa Pedagógica e Formação Contínua de Professores Primários (1815-1939)’ - e analisaram na França, a capacidade da imprensa pedagógica em contribuir na formação permanente de professores. Pierre Caspard realizou um estudo amplo sobre a

imprensa periódica educacional, organizando dados sobre as revistas de ensino desde o século XVIII (Catani, 1996).

No Brasil, os estudos pioneiros sobre os impressos pedagógicos foram realizados por Maria Helena Câmara Bastos¹². Dentre os inúmeros trabalhos destaca o artigo 'A instrução pública (1872-1875/1887-1888): Permuta de luzes e ideias – Os editoriais de Alambary Luz', em que a autora analisa o periódico *A Instrução Pública*¹³, que é considerado o primeiro periódico de educação e ensino publicado no país, no Rio de Janeiro. Bastos (2009, p.9) destaca que pesquisar alguns editoriais de Alambary Luz, "são um fórum privilegiado para analisar e discutir a circulação de ideias sobre as modernidades educacionais e escolares, com a intenção de difundir as luzes da instrução."

Pallares-Burke (1998) em 'A Imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX' examinou o periódico editado no Recife - *O Carapuceiro*¹⁴ - editado na primeira metade do século XIX (1832-1847), e enfatizou a importância das modalidades informais de educação (romances, jornais, revistas, teatro, pinturas, sermões, etc) para recuperação da história da educação brasileira do século XIX.

Alessandra Frota de Schueler (2005) em 'Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte imperial (1870-1889)' analisou artigos publicados por professores no periódico carioca 'Instrução Pública' a fim de perceber como os educadores se apresentaram como categoria profissional aos leitores. Schueler (2005, p.11) destaca que os professores estavam dispostos a discutir os problemas relacionados à educação, e também se mostravam ativos diante das reformas governamentais.

¹² Maria Helena Câmara Bastos publicou: Professorinhas da Nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista do Ensino (1939-1942), Imprensa pedagógica rio-grandense: Cacique - A revista da garotada gaúcha (1954-1963), em 1994; A Imprensa Periódica Pedagógica do Rio Grande do Sul: análise de discursos e práticas educativas, em 1995; Espelho de Papel: A Imprensa Periódica Educacional e a História da Educação, em 1998, etc.

¹³ "A Instrução Pública é identificada como "folha hebdomadária", isto é, semanal, dirigida por José Carlos de Alambary Luz, que teve seu primeiro número publicado em 13 de abril de 1872. A primeira fase do periódico vai até 25 de julho de 1875, totalizando 166 números, com oito páginas [...]. Em 1887 (1º agosto), o periódico volta a circular sob a mesma direção, publicando, até 31 de dezembro, doze números. Em 1888, publica cinco números até a semana de 1º de março, retornando somente em 28 de julho de 1888 e finalizando a publicação, definitivamente, em 4 de agosto de 1888, com mais dois números". (BASTOS, 2009, p.2-3)

¹⁴ O Carapuceiro, periódico sempre moral e só *per accidens* político, é um dos exemplos pioneiros desse jornalismo doutrinário, preocupado fundamentalmente em preencher o que via como um vazio na cultura brasileira, ou seja, o lugar de formador da opinião pública esclarecida e atuante. Sem dúvida, o âmbito de sua influência, como de qualquer matéria impressa, era necessariamente limitado pelo alto índice de analfabetismo da época. (PALARES-BURKE, 1998)

Demonstraram, sobretudo, que eram sujeitos no processo de constituição da profissão docente, construindo, reconstruindo e disputando identidades coletivas, as quais contraditória das tentativas de controle estatal sobre a totalidade dos processos educativos, os homens, as mulheres, as crianças e os agentes da ação. (SCHUELER, 2005, P.11)

Mônica Yumi Jinzenj (2012) analisou ‘O papel da imprensa no processo de escolarização em Minas Gerais, no século XIX’, com objetivo de refletir sobre a relação entre os jornais editados nas primeiras décadas do século XIX. Constatou a escassez de produções com foco nesse período, enfatizando a importância dos impressos para as pesquisas em História da Educação. Salientou a necessidade de pesquisas sobre “impressos dirigidos e redigidos por mulheres, em alguns casos professoras”. (Jinzenj, 2012, p. 163)

As pesquisas citadas anteriormente ilustram a importância dos jornais para circulação e produção de saberes, e na apreensão das diversas dimensões do campo pedagógico no Brasil Imperial, reafirmando que sua utilização nos permite uma releitura e reescritura da história da educação brasileira.

1.2 A imprensa e a imprensa pedagógica na Província do Maranhão

A imprensa no Maranhão, assim como no restante do Brasil, emergiu a partir da Revolução do Porto¹⁵, em 1820 (Castellanos, 2012). Consolidando-se logo após o fim da censura e a liberação das tipografias¹⁶, em 10 de novembro de 1821. De acordo com Joaquim Serra Ignatus (1883), o primeiro impresso que os habitantes da província tiveram acesso foi jornal do governo - O Conciliador do

¹⁵ “Revolução Liberal e Constitucionalista do Porto (ou somente Revolução do Porto), tal movimento originou-se na cidade de mesmo nome, espalhando-se por Portugal, até alcançar Lisboa, conquistando nessa trajetória, o apoio da burguesia, do clero, da nobreza, e do exército, como reação ao decreto de abertura dos portos às nações amigas (1808), através do qual se transferiria o monopólio comercial dominante durante quase três séculos a outros países, sobretudo à Inglaterra, deslocando, assim, parte significativa dos recursos econômicos da metrópole, proibindo-se durante este mesmo longo período, tanto a edição e a produção de impressos brasileiros (livros, jornais, panfletos), como também a sua circulação e consumo, sempre que não fossem licenciados pelo Desembargo do Paço”. (CASTELLANOS, 2012, p.67-68)

¹⁶ “A implantação da tipografia foi um processo irreversível. Da Imprensa Régia saíram obras de excelente qualidade. Alguns anos depois o Rio de Janeiro perdia o monopólio com a instalação de uma tipografia na Bahia em 1811, e outra em Pernambuco, em 1815, que começou a funcionar em 1817. Nelas seriam impressos os primeiros jornais do país”. (MOLINA, 2015, p.79)

Maranhão¹⁷, impresso pela Tipografia Nacional Maranhense e com fortes interesses políticos arraigados.

E' impresso o Conciliador do Maranhão, jornal official e noticioso. Occupa-se de assumptos próprios á seu destino. Dá resumidas noticias do exterior, faz algumas transcripções, e traz vários annuncios de caracter official no impresso. (IGNOTUS, 1883, p.13)

O Maranhão inseriu-se em um grupo seletivo de províncias que possuíam tipografias, ainda na primeira metade do século XIX, possibilitando a circulação de livros entre a elite intelectual e dos impressos entre a população.

Essa condição de pioneirismo possibilitou ao Maranhão imprimir relatórios de presidente de província e livros de outras províncias do Nordeste como é o caso do Piauí, que só passou a possuir sua imprensa tipográfica em 1832. Neste mesmo ano deu-se início às tipografias do Rio Grande do Norte e Sergipe. Em meados do século XIX, o Maranhão despontava nacionalmente através de suas tipografias, espaço de produção de livros e outros impressos que circulavam no Maranhão oitocentista. (COSTA, 2013, p.76)

Laurence Hallewell (2005, p.169-170) descreveu que a classe ultraconservadora dominava a vida da cidade e que a Independência do país não produziu mudanças imediatas na província. Uma administração mais tolerante teve início em 14 de janeiro de 1829, quando Cândido Viana foi nomeado presidente do Maranhão, concedendo mais liberdade; no entanto, a explosão de impressos¹⁸ ocorreu a partir da declaração de maioridade de D. Pedro II, em 1840.

A idade áurea da literatura maranhense começa, talvez, com o aparecimento dos primeiros poemas de Gonçalves Dias no Arquivo Maranhense, em meados da década de 1840, e dura até a partida de Aluísio Azevedo para o Rio de Janeiro, no começo da década de 1880. Durante esses anos, São Luís foi não só o mais importante centro editorial das províncias, e o único de importância nacional, como também o lugar em que a qualidade do trabalho dos melhores impressores ultrapassava toda e qualquer realização da corte dessa época. (HALLEWELL, 2005, 170)

¹⁷ “O Conciliador do Maranhão antes de ser impresso, circulou 34 números manuscritos em papel almaço, a partir de 15 de abril de 1821”. (COSTA, 2013, p.76)

“Estima-se que eram impressos centenas de exemplares deste periódico manuscrito, distribuído a expensas do governo local. Contudo é pouco provável que a tiragem desta primeira tentativa de imprensa no Maranhão tivesse alcançado algumas centenas de exemplares, já que era escrito à mão, em bico de pena. [...] O conteúdo das notícias veiculadas pelo periódico indica que, durante o período em que foi feito na província o juramento da primeira constituição portuguesa, o órgão fundado pelo governador Marechal Bernardo da Silveira foi utilizado especificamente para atacar com violência o partido de oposição dos “conspícuos”. O jornal teve existência marcada pela acirrada perseguição aos desafetos políticos do Marechal Silveira, dando início ao jornalismo partidário no Maranhão”. (MARTINS, 2010, p. 108-109)

¹⁸ Catalogação de impressos maranhenses editados no século XIX (Apêndice I).

De acordo com Carlos E. Brito Sousa (2009), o Maranhão foi palco de um jornalismo literário e político, que para descrever os principais acontecimentos, apoiava-se na opinião e na crítica. Em oposição ao discurso oficial, proposto pelo jornal 'O Conciliador', surgiu outras versões da mesma realidade.

Um dos exemplos foi a criação do impresso *Folha Medicinal*, em 1822, cujo redator Manoel Oliveira foi perseguido, onde os partidários da posição oficial se empenharam até na recusa da tipografia em imprimir as produções desse jornalista. Dessa maneira, os impressos que se sucediam seguiam a mesma veemência dos debates, recorrendo até as acusações pessoais, injúrias e difamações. (SOUSA, 2009, p.162)

Mesmo com o crescimento no número de impressos publicados, a maioria, teve curta duração, diminuindo ânimo e cessando a edição. No interior da província, esse crescimento foi lento e tardio. Segundo catalogação realizada por José Ribeiro do Amaral (2003) o primeiro impresso produzido no interior, foi na cidade de Caxias, em 1845, intitulado *Brado de Caxias*. Na sequência, na cidade de Rosário – 'O Baluarte do Povo', 1855; em Brejo – 'Jornal Imparcial do Brejo', em 1865; em Coroata, em 1867, 'Coroataense'; no Codó – 'Aristaco', 1869; na cidade de Viana – 'Vianense, Alavanca e A Violeta' – em 1876; em Barra do Corda – 'O Norte' em 1888; em Alcântara – 'Gazeta Alcantarense', 1893; e Picos – 'O Município', 1895.

Mesmo com as adversidades a imprensa maranhense atingiu maturidade, chegando a possuir sete tipografias, em 1867: Tipografia do Progresso, Tipografia de José Maria Correia de Frias, Tipografia Commercial, Tipografia Constitucional, Tipografia da Fé, Tipografia de José Mathias Alves Serrão, Tipografia do Major Joaquim Ferreira de Souza (Costa, 2013). Para Ricardo André F. Martins (2010), nessa época os periódicos já haviam conquistado um público relativamente cativo, devido ao crescimento tipográfico, ao aumento dos locais destinados aos textos e propagandas, assim como, preços mais baixos e melhor distribuição.

Coadjuvada pelo grande parque tipográfico à sua disposição, a imprensa maranhense, em resumo, instalou-se em definitivo no coração da sociedade, ajudando a formar e consolidar a opinião pública não somente no que diz respeito ao debate político, mas também em relação ao gosto literário, artístico e mundano, divulgando, por igual, assuntos relativos à instrução pública, à ciência e à filosofia. (MARTINS, 2010, p.127)

Ao lado dos jornais circulavam também as revistas literárias que difundiam assuntos relacionados à agricultura, saúde, costumes, religião, moral,

comércio, literatura e educação. Assim como ocorreu nas demais províncias, no Maranhão, floresceu também a 'Imprensa Pedagógica'.

Ricardo André F. Martins (2010), afirmou que o *Jornal de Instrução e Recreio* foi o primeiro periódico, exclusivamente literário, criado pela Associação Literária Maranhense, em 25 de fevereiro de 1845.

Apesar de muitos de seus artigos versarem sobre ensino, métodos e sistematização de estudos, era uma revista de belas-letas, escrita por literatos. Em suas páginas foram publicados os primeiros poemas de Gonçalves Dias [...]. Além de poemas e contos, o periódico também publicou artigos sobre assuntos diversos, como historiografia, moral, artes, religião, biografias e anúncios. O *Jornal de Instrução e Recreio* circulou até o ano seguinte, mensalmente, quando foi extinto e substituído pelo *O Arquivo*, órgão da mesma associação, em 28 de fevereiro de 1846. (MARTINS, 2010, p.117)

César Augusto Castro e Samuel Luis Velásquez Castellanos (2008, p.3-4) defendem que a imprensa educacional no Maranhão constitui-se fonte privilegiada na compreensão da educação. Os autores acreditam que através dos impressos “é possível reconstituirmos os costumes, as ideias dos homens e mulheres que fizeram história no Maranhão”; no entanto, enfatizam que a imprensa, assim como qualquer veículo de comunicação, é impregnada de subjetividade e ideologias políticas, sociais, religiosas e culturais.

Em relação à educação, a imprensa maranhense tornou-se um campo fértil de investigação e pesquisa, ainda pouco explorado. São consideradas fontes privilegiadas para mapearmos o movimento da educação no Estado.

No campo da história da educação no Maranhão, algumas pesquisas têm sido desenvolvidas com o objetivo de formalizar os conhecimentos a partir da produção periódica da área. [...] sendo assim, classificamos a imprensa periódica maranhense em dois grupos. O primeiro destinava-se a discutir notícias de âmbito geral, inserindo a educação nesse contexto. Esses jornais destinavam-se a uma parcela leitora geral, dentre os quais havia as mulheres, negros, comerciantes e políticos. O segundo grupo constitui-se em jornais que tratavam de assuntos específicos como a literatura, religião e educação, caracterizava-se por um ciclo de vida curto, sendo que alguns não ultrapassavam duas ou três edições, além de terem periodicidade irregular. (CASTRO e CASTELLANOS, 2008, p.4-5)

Joseilma L. Coelho e Ana Paula Silva, em 'Educação na Imprensa: elementos para a escrita da história da escola primária do Maranhão no século XIX', realizaram uma pesquisa sobre o processo de institucionalização da escola primária e sua caracterização, a partir do corpus documental do periódico 'Diário do Maranhão' (1878-1882). As autoras concluíram “a imprensa maranhense do século

XIX assumiu certo papel formativo, agindo no meio social e esclarecendo as relações entre a educação, escola e a sociedade da época” (Coelho e Silva, 2013, p.8).

César Augusto Castro¹⁹, em 2011, publicou o estudo ‘Um jornal dedicado à indústria e às artes no Maranhão Imperial’, em que discute a educação profissional a partir do jornal ‘O Artista’, que circulou entre 1868 e 1869. Castro constatou que as ideias sobre educação profissional expressas no jornal evidenciavam o caráter crítico, político e religioso, além de exaltar o ‘trabalho’ como propulsor do país e do Maranhão. “Para isso, caberia ao governo – Central e Provincial – o investimento financeiro na instalação de escolas de artes e ofícios e na melhoria das existentes” (CASTRO, 2011, p.68-69).

Samuel Luis V. Castellanos²⁰ (2012, p.332-333), em sua tese ‘O Livro Escolar no Maranhão Império’, analisou a representatividade dos livros escolares no Maranhão Oitocentista, a partir de 41 jornais que trataram de questões relativas à instrução, ao livro e à leitura; e constatou que a imprensa ainda que com objetivo de denunciar, comentar e intervir nos confrontos políticos e ideológicos foi se constituindo num espaço de sociabilidade em que todos os envolvidos se encontravam e desencontravam no ato da leitura ou, na escuta do lido pela imprensa.

Encontramos outras pesquisas sobre a imprensa pedagógica maranhense, no entanto, o período estudado foi o século XX. Castro e Castellanos (2008) pesquisaram a ‘Imprensa Educacional Liceítas do Maranhão na Primeira República’, nos jornais ‘A Inubia, O Lábaro e A Voz do Liceísta’, com intuito de compreender o movimento estudantil maranhense.

Percebemos durante a realização da revisão bibliográfica, a existência de estudos gerais sobre a ‘imprensa maranhense’ e sobre a ‘educação na Província do Maranhão’. Porém, não localizamos pesquisas específicas sobre a ‘imprensa pedagógica maranhense’, no século XIX.

¹⁹ César Castro coordena os projetos de pesquisa na UFMA: “O Liceu como instituição escolar de formação do pensamento intelectual e cultural do Maranhão no período imperial (1838-1899)” e “Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (1840-1930)”.

²⁰ Samuel Luis Velazquez Castellanos coordena o projeto na UFMA: “A circulação dos livros escolares franceses no Maranhão Império” e coordenou o projeto: “A representatividade do livro escolar no Maranhão Império”. Atualmente pesquisa “Cultura material escolar: a escola e seus artefatos” e “A circulação do livro e práticas leitoras no Maranhão no século XIX”.

Neste contexto, consideramos relevante desvelar o que era discutido, no âmbito da instrução e da educação, a partir dos temas noticiados e difundidos pela Revista de Instrução e Educação, pois acreditamos que através dos impressos podemos realizar uma reinterpretação e reprodução da história da educação maranhense nos oitocentos. Portanto, entender o surgimento da imprensa no país, sobretudo, na Província maranhense foi preponderante para que compreendêssemos em que contexto a Revista de Instrução e Educação surgiu na capital São Luis.

2 REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO

Do Império - Muitos historiadores veem o período como uma transição entre o passado colonial e o presente moderno constituindo-se, assim, numa das fases mais interessantes para o estudo e compreensão da evolução brasileira. (ANDRADE, 1982, p.26)

Este capítulo pretende compreender a estrutura organizativa da escolarização maranhense durante o Império enquanto contexto de surgimento da Revista de Instrução e Educação na Província.

Para tanto, num primeiro momento, analisamos alguns dados historiográficos relativos à educação escolar no Brasil Império e na Província do Maranhão, sobretudo, na década de 1870. Na sequência, apresentamos a Revista de Instrução e Educação editada pela Tipografia do Frias, na capital São Luís, que, na sua primeira fase editorial, pode ser considerada a primeira do gênero imprensa pedagógica publicada no Maranhão e que, como veremos, veio somar-se ao debate educacional já existente naquela região, tornando-se difusora de propostas para a educação escolar local.

2.1 Educação na Província do Maranhão

A educação nacional no Brasil, nos primeiros anos do século XIX, era ainda regida, em suas linhas gerais, pela estrutura escolar legada pelas Reformas Pombalinas²¹ do século XVIII. Vale ressaltar que a Independência foi promulgada

²¹ As Reformas Pombalinas foram propostas por Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho), que “retirou das mãos dos jesuítas o encargo de ministrar qualquer forma de educação em Portugal e em todo território ultramarino. Com base nessa decisão, a responsabilidade pelo ensino foi atribuída ao Estado. Várias reformas foram empreendidas e muitas delas vigoraram até as primeiras décadas do século XIX”. (VERALDO, 2009, p.45)

em 1822 e que o país passava pela descolonização e institucionalização do Estado Nacional.

Segundo Maria Fátima Neves (2009), o processo de modernização do país foi sendo implantado aos poucos e sob a guarda da classe dirigente:

Na esfera cultural, a influência se deu a partir dos ideais positivistas e liberais, plasmados nas propostas de **defesa da harmonia social**, da **uniformização do caráter nacional** e, principalmente, na crença do **potencial transformador da educação**. Tomada como **instrumento de poder** e com capacidade para promover a **transformação social**, a educação foi considerada como **fenômeno inovador** durante todo o século XIX. Devemos ressaltar, porém, que a concepção de educação que se defendia estava relacionada à **disciplinarização da mente e do corpo**, ao desenvolvimento de **crenças morais** próprias da sociedade disciplinar; não se relacionava, portanto, à independência intelectual. (NEVES, 2009, p.59, *grifo nosso*).

Em 15 de outubro de 1827, a primeira e única Lei Geral para a Instrução Pública, foi promulgada por D. Pedro I. A iniciativa fazia parte do projeto civilizatório do país, e determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as localidades populosas do Império. Conforme o texto da lei,

Art 6º Os professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil. (BRASIL, 1827, p.1)

A legislação mencionava que as escolas seriam de Ensino Mútuo²², e os castigos adotariam os praticados pelo Método Lancaster²³. Essas escolhas se

²² “O principal elemento que definia e caracterizava o Método Mútuo era o uso de monitores no ensino. [...] Os monitores eram alunos em estágios mais avançados de aprendizagem, que ensinavam outros alunos mais novos ou em estágios menos avançados. Os monitores, escolhidos pelos mestres, recebiam instrução à parte. Na prática, os monitores eram responsáveis pela instrução de uma decúria, ou um grupo de 10 alunos.” (NEVES, 2009, p.58)

²³ Desenvolvido pelo inglês Joseph Lancaster em 1798. “A concepção de educação e instrução de Lancaster exigia uma única sala, um lugar especial, específico para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem da leitura, da escrita, das contas e também da obediência. Por isso, em seu plano, o espaço da aula era uma sala quadrada, longa e bem ventilada, com uma plataforma elevada, com uma escrivaninha para o mestre. [...] O dia a dia escolar iniciava e terminava com a prática da doutrina cristã, não diferindo das demais escolas; não se exigia mais do que o conteúdo doutrinário e o ensino das orações. [...] Ao mestre cabia a responsabilidade pelo provimento de todos os recursos necessários ao desempenho das atividades. [...] Os monitores eram os responsáveis pela organização minuciosa do método. Deles dependia a organização geral da escola, da limpeza ao aprimoramento de cada aluno e, fundamentalmente, a manutenção da ordem. [...] Além dos monitores de cada ensino, havia diversos outros: o monitor da palavra; o monitor de esquadramento (responsável pelos cartazes de ensino; o monitor de assiduidade ou dos faltosos; os monitores inspetores (responsáveis pelo desenvolvimento das turmas); o monitor geral; o monitor de lousas e os

justificariam, de acordo com Neves (2009, p.62), pela “necessidade de se evitar as revoltas sociais e preservar a unidade e a estrutura social nacional, configurando a ordem e a civilização”. A autora defende que esses métodos desafiaram “os princípios e as práticas pedagógicas constituídas pelos métodos individual e simultâneo, hegemônicos até então”. (Neves, 2009, p.73).

Porém, em 1834, foi aprovado o Ato Adicional à Constituição de 1824, que transferia a responsabilidade pela organização das escolas primárias e secundárias do Estado às províncias. Conforme o texto da lei:

Art.10 Compete às mesmas Assembléas legislar:
[...] §2º Sobre instrucção publica e estabelecimento próprios a promover-a, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral. (BRASIL, 1834, p.1)

Nos anos seguintes, ocorreu a Reforma Couto Ferraz²⁴ para a instrução da capital imperial, que, apesar da descentralização realizada pelo Ato Adicional de 1834, serviria de modelo para as demais províncias, em parte pela atuação dos presidentes das províncias, como sugerem José Gondra e Alessandra Schueler (2008). Além da reforma, diversos relatórios defendiam a intervenção estatal na organização de um Sistema Nacional de Ensino²⁵ e criticavam a diversidade de leis pulverizadas pelas províncias brasileiras. Essas discussões se estenderam mesmo depois da Proclamação da República.

Como mencionado anteriormente, a defesa e implantação do ensino primário no Brasil permeou todo o século XIX. As primeiras mudanças ocorreram a partir da promulgação da lei de 15 de outubro de 1827 e, sobretudo, do Ato Adicional de 1834 que responsabilizava o governo provincial pelos encargos da instrução

monitores dos diários. [...] A premiação dos alunos era constante e sempre acontecia como recompensa pela dedicação aos estudos. [...] No plano pedagógico de Lancaster, a memorização, e não a fluência verbal, era a maior habilidade exigida e a ser desenvolvida. Isso significava que a primeira atitude indisciplinar cometida pelo discípulo lancasteriano era a conversa. [...] Lancaster previa vários modos e instrumentos de castigo, caracterizados como morais, que eram utilizados conforme as outras faltas dos discípulos, como a ausência à aula, a desobediência (aos monitores ou pais) e a falta de limpeza. Em Lancaster (1805), os castigos aparecem sob duas formas: aqueles que constrangiam fisicamente, não por machucar, mas pelo fato de pregar no corpo a marca da punição, e os que constrangiam moralmente”. (NEVES, 2009, p.63-71.)

²⁴ Reforma Couto Ferraz (Decreto 1.331A) de 17 de fevereiro de 1854, que aprovou o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. (BRASIL, 1854, p.1)

²⁵ “Os pareceres relativos à ‘Reforma do Ensino Primário e Secundário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública’, apresentados por Rui Barbosa à Câmara dos Deputados em 1882, constituíram o primeiro documento a propor a criação de um órgão de coordenação e difusão do ensino, objetivando a formação de um sistema de educação e abrangendo a organização do ensino dos jardins de infância até o ensino superior” (SCHELBAUER, 2009, p.80).

pública primária e secundária. Como terá, diante dessa conjuntura nacional, se dado a organização da educação escolar primária no Maranhão Provincial?

Beatriz Martins de Andrade (1982) dissertou sobre o 'Discurso Educacional no Maranhão', e fez uma compilação das principais iniciativas do governo maranhense no século XIX. Segundo a autora, depois da lei de 1827, o número de escolas de primeiras letras aumentou de 14 para 24 em um curto intervalo de tempo. "Apesar das deficiências da maioria delas, essa medida representou um passo à frente na difusão da educação no Estado" (Andrade, 1982, p.48). Cabe ressaltar que essas escolas funcionavam nas casas dos professores.

Sandra Maria B. A. Melo (2012) em 'Percurso histórico da formação de professores para a escola primária no Maranhão: Império e República Velha' – descreve que as primeiras iniciativas quanto à formação de professores ocorreram no final da década de 1830 e início da década de 1840, quando o aluno Fellipe Benício Oliveira Conduru foi enviado à França, custeado pela província maranhense, para complementar seus estudos e aprender o método Lancasteriano. Ao regressar, o jovem tornar-se-ia o responsável pela Escola Normal²⁶ de São Luís.

Outro marco relevante na história da educação maranhense foi a criação do Liceu Provincial do Maranhão, pela Lei nº 77 de 24 de junho de 1838. De acordo com Sandra Maria B. A. Melo (2012), essa foi a primeira iniciativa para organizar o ensino secundário na província. Para a autora, ser letrado e alfabetizado era privilégio de poucos.

Ao ser criado, o Liceu Provincial do Maranhão, Liceu Maranhense, tinha como modelo o Colégio D. Pedro II, o Liceu da Corte, que se constituía como padrão a ser seguido pelas províncias. O liceu manteve um caráter de curso preparatório para o ensino superior. Nas cadeiras ofertadas pelo Liceu (currículo), verifica-se que entre a vida e os saberes estudados existia uma grande distância da realidade maranhense. Mantinha-se, com o Liceu Maranhense, e com os demais liceus provinciais, a continuidade da estrutura social, econômica e política da Colônia e do Império. (MELO, 2012, p.6)

Em 1843, o presidente da província decretou a lei que criava os cargos de inspetor e secretário da instrução pública. Dentre os objetivos constava: fiscalizar as escolas e emitir relatórios semestrais sobre o estado da instrução pública na

²⁶ "A Escola Normal teve duração de quatro anos e funcionava no prédio do convento da Igreja do Carmo; ao encerrar suas atividades, suas instalações foram cedidas para *Aulas de Primeiras Letras*". (MELO, 2012, p.5)

província, além de sugestões para melhoramentos e alterações dos estabelecimentos (Castro, 2009).

Odaleia Alves da Costa (2013) em sua tese – ‘O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)’ apontou dados relevantes da década de 1860 na província:

A situação do ensino maranhense, em nível nacional, não diferencia muito em relação às outras províncias. O Maranhão, em 1865, atendia a mais de 10% de sua população livre, enquanto São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro atendiam respectivamente 8,5%, 8,3%, 8%. A posição do Maranhão destacava-se dentro do contexto nordestino, cujo atendimento variava de 3% a 7% com exceção de Alagoas, que era mais ou menos igual ao Maranhão. Esta província posicionava-se inferior apenas às do Sul, que devido à imigração, apresentavam um desenvolvimento educacional superior às demais províncias brasileiras. [...] Uma das dificuldades enfrentadas pelo ensino maranhense no período mencionado foi a carência de profissionais com formação específica para a docência. (COSTA, 2013, p.40)

A partir desse ponto abordaremos, especificamente, a década de 1870, marco temporal em que esta pesquisa se volta, por ser em 1877 que surgiu o impresso - *Revista de Instrução e Educação* -, analisado nessa pesquisa.

Mesmo com todo aparato legal, Sandra Maria B. A. Melo (2012, p.7) afirma que “nas últimas décadas do Império, as realizações educacionais, com relação à instrução primária pública, escassearam”. Melo declara que na década de 1870 houve incentivo à alfabetização de jovens e adultos operários no período noturno, com a fundação da Sociedade Filantrópica ‘Onze de Agosto’.

A Sociedade Onze de Agosto, com incentivo financeiro do governo, organizou um Curso Normal, criado pela Lei nº. 1088 de 19 de junho de 1874. Seu programa de estudos, de caráter propedêutico, obedecia às finalidades da instrução pública primária. As lições deveriam conter ideias bem ordenadas e fáceis de serem retransmitidas com graduação e tempo pré-determinados. Abolia o ensino mútuo a favor de preleções claras e com pausas suficientes para os alunos anotarem a matéria. (MELO, 2012, p.7-8).

Aldimar Martins Bottentuit (2016) em sua dissertação – ‘Os discursos dos presidentes da província do Maranhão Império sobre a instrução pública primária no período de 1870 a 1889’ – declarou que em 1870, a instrução primária²⁷ possuía 109 escolas públicas de primeiras letras para atender 330 mil habitantes

²⁷ “O ensino nas escolas primárias compreendia a leitura e escrita, as quatro operações fundamentais de aritmética, o sistema métrico decimal, a gramática portuguesa, o catecismo e as noções de história sagrada. [...] sendo aplicado pelo professor o método individual quando o número de alunos oscilava entre dez e 39 alunos, o simultâneo para quarenta a setenta e nove, e o lancastrino de oitenta a cento e sessenta”. (BOTTENTUIT, 2016, p.78)

livres. De acordo com Bottentuit, o número de estabelecimentos era insuficiente. O autor aponta marcos importante:

A década de 1874 foi marcada por vários fatos relevantes para a educação maranhense com a aprovação do Regulamento da Instrução Pública de 1874. Essa reforma apresentou avanços como a retirada da proibição de escravos de frequentarem as escolas, [...] definiu os princípios do ensino livre e da instrução obrigatória, aboliu o castigo corporal nas escolas e criou um Conselho de Instrução Pública. [...] A esse competia estabelecer o regimento interno para as aulas públicas, averiguar os livros e compêndios, indicar à Assembleia Provincial a criação de cadeiras nos lugares necessários para o sexo feminino, fiscalizar as aulas de primeiras letras na capital e nos interiores, julgar as infrações disciplinares, aplicar multas, suspender os vencimentos dos professores em caso de faltas graves, atribuir penas aos alunos incorrigíveis; por fim, organizar o orçamento geral para aquisição de móveis e utensílios a esse Conselho (BOTTENTUIT, 2009, p.81)

Andrea de Carvalho Zichia (2008, p.75-76) em sua dissertação ‘Direito à Educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil’ destacou que “apesar do estabelecimento da gratuidade na Constituição Imperial, em 1824”, a província maranhense tardou em explicitá-la, ocorrendo somente em 1862. No entanto, foi uma das primeiras províncias a garantir a gratuidade, obrigatoriedade e liberdade de ensino, em 1877.

Na Província do Maranhão, somente em 1855, o ensino obrigatório foi prescrito além da imposição de multa para os responsáveis negligentes. Após três anos (1858), foi reconhecida pela província a inexecução da obrigatoriedade, mesmo com o regulamento imperial da instrução, de 1854, que incentivava a difusão do ensino primário, impondo uma multa aos responsáveis que deixassem de mandar seus filhos à escola. Assim mesmo a província reconheceu que não tinha condições satisfatórias para a oferta do ensino. [...] Somente no ano de 1874, o ensino livre e a instrução obrigatória voltaram a ser instituídos no regulamento da instrução. [...] No ano de 1877, os legisladores preconizaram, em termos legais, os princípios que julgavam essenciais para o serviço público da educação, sendo assim, instituíram a gratuidade, a liberdade de ensino e a obrigatoriedade, na província. (ZICHIA, 2008, p. 87-89)

De acordo com Bottentuit (2016, p.81), a obrigatoriedade do ensino se estenderia às pessoas livres e pobres das cidades, e pretendia “manter os alunos nas salas de aula para aprenderem as lições das primeiras letras, os bons costumes e a religiosidade”; além da moral²⁸. O autor evidencia que a educação das meninas se restringia ao nível elementar, ou seja, ler, escrever, contar, bordar e costurar. “A

²⁸ “Vale ressaltar, porém, que a moral requerida na institucionalização da criança era a mesma que deveria ser apreciada por toda sociedade. Ou seja, uma moral que buscava ajustar o comportamento do indivíduo através de regras e condutas, que na escola se dava pela prática da obediência às regras impostas pelos professores. Ao desenvolver o espírito para o respeito às regras escolares, estaria se desenvolvendo o espírito para a obediência às regras sociais”. (TAVARES, 2009, p.126)

educação era definida mais aos costumes do que o conhecimento intelectual, mas era reconhecido como instrução” (Bottentuit, 2016, p.83).

Esse passeio pela história da instrução no Maranhão oitocentista demonstra que as últimas décadas dos oitocentos foram marcadas por profundas mudanças políticas e sociais, no entanto, para Andrade (2012, p. 48) “apresenta poucas modificações expressivas no que tange à educação, demonstrando claramente que as preocupações do Governo, naquele momento, eram de outra ordem”. A autora ilustra esse descaso relatando que a província possuía apenas um estabelecimento de educação secundária na década de 1880, que era o Lyceu Maranhense.

Um balanço realizado por Tavares (2009, p.90) observou que em 1880, no Maranhão, existiam 119 escolas públicas, destas, uma era do ensino secundário – Liceu Maranhense; em São Luís, havia sete escolas públicas primárias, quatro para meninos e três para meninas. No interior da província havia 111 escolas primárias, destas 74 para meninos e 37 para meninas. De acordo com a autora, a província contava, em média, com 30 estabelecimentos particulares; havia também crianças que eram instruídas por seus pais ou por preceptores.

2.2 A Revista de Instrução e Educação

O último tópico deste capítulo pretende apresentar algumas características observadas na Revista de Instrução e Educação, com base nos eixos propostos por Zicman (1985) ilustrados na figura 1.

Figura 1 – Eixos de análise metodológica de impressos

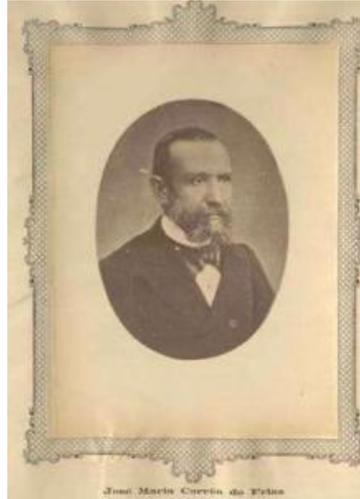


Fonte: Zicman 1985, adaptado pela autora.

Iniciaremos a análise pelos aspectos históricos da publicação. A Revista de Instrução e Educação pretendia difundir luzes para a população maranhense; era impressa pela Tipografia de José Maria Correia de Frias²⁹ (ver figura 2) na capital da São Luís, nos anos de 1877 e 1878. Apesar de encontrarmos trechos no próprio impresso mencionando “ilustres fundadores”, não foi possível, durante o manuseio, encontrar seus nomes explicitados.

Segundo Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1827-1903), José Maria Corrêa de Frias foi um notável tipógrafo maranhense, reformador da arte tipográfica na província. Sendo sua oficina premiada, em 1866, na Exposição provincial do Maranhão.

²⁹ Segundo Neves (1993, p.139-141, apud, COSTA, 2013, p.49), José Maria Correia Frias “nasceu em Lisboa em 2/11/1828 e faleceu em São Luís em 29/1/1903, dirigiu por largos anos o Diário do Maranhão, jornal do comércio, lavoura e indústria, foi membro eminente da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, em São Luís do Maranhão, tendo sido um dos mais importantes editor/tipógrafo brasileiro, editando vários livros didáticos”.

Figura 2 – José Maria Correia de Frias

Fonte: Museu Emigrantes

De acordo com Hallewell (2005), José Maria Correa de Frias gerenciava uma tipografia quando se tornou seu próprio patrão. Foi o fundador da Associação Tipográfica Maranhense, em 1857, junto aos tipógrafos Belarmino de Mattos, José Mathias Alves Serrão e Manoel Francisco Pires. Suas principais realizações: edição do 'Livro do Povo', de Antônio Marques Rodrigues (1861); a edição do livro 'Apontamentos para o Dicionário Histórico, Geográfico, Topográfico e Estatístico da Província do Maranhão' (1864), de Cezar Augusto Marques; edição e produção do livro 'Memória Sobre a Tipografia Maranhense', em 1866. Neste, o autor conta a história da tipografia maranhense, trata das técnicas, dos equipamentos utilizados na província e no restante do país.

Entre as notáveis officinas typographicas do Maranhão convém especialisar a do Sr. Corrêa Frias, que já conta muitos annos de existência sempre progressiva em melhoramentos, e que é hoje uma das melhores da província pela perfeição e bom gosto de seus productos. Foi n'essa typographia que, pela primeira vez, se fizeram grandes tiragens de obras de grande tomo. As mais extensas edicções no maranhão, até apparecimento do Livro do Povo, era de mil exemplares; o Sr. Frias foi o iniciador das edicções de dez e dezesseis mil exemplares. (IGNOTUS, 1883, p.16)

O primeiro exemplar da Revista de Instrução e Educação não se encontra disponível para consulta na Hemeroteca, logo, não tivemos acesso ao expediente da revista. Para minimizar essa lacuna, procuramos informações em outro periódico, que também circulava na capital da província, no mesmo período – 'Diário do Maranhão' (Figura 3) , publicado no dia cinco de agosto de 1877:

Dos prelos da typografia, em que imprime este Diário, sahiu hontem à luz o 1º numero de um novo jornal intitulado – **Revista de Instrução e Educação** – que se publicará aos sábados.

Entregue sua redação a mui hábeis pennas, vai a Revista prestar importante auxílio áqueles para quem é destinada.

A pequena retribuição de 4\$000 por signatura annual demonstra o desejo que tem a sua illustrada redacção: difundir luzes, fazer apreciada, como deveu ser, a instrucção e assim, reunindo o útil ao agradável, vai concorrer para que a classe desfavorecida e a dos artistas, em geral, possa entregar-se a uma leitura amena, que lhe entretenha o espírito a par da instrucção que lhe proporcione.

Comprimntamos os distinctos cavalheiros, que pugnam com tanta abundância de coração do progresso intellectual do nosso povo, a quem a sua generosa ideia vai prestar relevante serviço, a par do impulso a resultar para a imprensa periódica da provincia com a appareição de mais um robusto atleta no campo da boa moral. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1877, n.1200, p.3, grifo nosso)

Figura 3 – Fac-símile do Jornal Diário do Maranhão nº1200



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

No segundo exemplar da Revista de Instrução e Educação (p.4), na coluna destinada às “Notícias Locaes”, os editores destacam a repercussão do lançamento deste impresso em outros jornais da provincia:

Do País: Imprensa – Foi hontem publicado o 1º numero da Revista de Instrucção e Educação, folha hebdomadária que como seu nome indica, propõem-se á mais útil das propagandas. São seus redatores cavalheiros amestrados no emprego da palavra, quer como mestres, quer como escriptores. Saudamos com maior effusão o novo campeão da imprensa.

O Jornal para todos, em sua interessante Pacotilha diz: No sábado passado sahio á luz o primeiro numero de um interessante jornal, intitulado – Revista de Instrucção e educação. Apesar da forma modesta com que se apresentou, revela o digno contemporâneo grade somma de illustração e um plano de conducta nobre e merecedor de apoio publico. Agradecendo á sua illustrada redacção o exemplar que nos remetteo, fazemos votos para que o distincto collega tenha longa e prospera existência. (REVISTA DE INSTRUCÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.2, p.4)

O jornal não traz, explicitamente em suas páginas, os nomes de todos seus redatores/escritores. Foram poucos textos que trouxeram as referências dos autores, sendo ao menos um deles – dos que pudemos identificar – professor e autor de livros didáticos (Quadro 1).

Quadro 1 – Relação de redatores/autores e títulos das publicações

AUTORES	TÍTULOS
Carlos Queiroz	Hymno
D. Antônio da Costa ³⁰	Os milagres da casa Pia de Belem; O século XIX
M.	Pensamentos
E. F. ³¹	Chronica da quinzena
L.A. Vieira da Silva ³²	Independencia do Brazil – Independencia do Maranhão
Y. Selgas	A grande sciencia
José Góes	Deus
Costa e Cunha	Jardins de Meninos (Da Escola)

Fonte: Revista de Instrução e Educação

³⁰ “Antônio da Costa Duarte – Nasce, segundo me consta, na capitania, depois província do Maranhão, no fim do século passado; foi presbytero do habito de S. Pedro, lente de grammatica philosophica da língua portugueza e analyse dos clássicos e escreveu – *Compendio de grammatica portugueza* para uso das escolas de primeiras letras, ordenado, segundo as doutrinas dos melhores grammaticos, offerecido ao illmo. e exmo. Senhor Candido José de Araujo Vianna, presidente da província do Maranhão, deputado ás cortes legislativas, etc. Maranhão, 1829. – *Compendio de grammatica philosophica da língua portugueza*, escolhido pela congregação do lyceu do Maranhão para uso do mesmo lyceu. Maranhão, 1840 – essa edição é segunda e já accrescentada”. (BLAKE, 1883, vol.I, p.145)

³¹ Inferimos que o autor pode ser Euclides Faria “natural da província, hoje estado do Maranhão, onde fazia parte do funccionalismo publico, foi demittido de seu emprego por alta influencia do logar, e então escreveu: - *Retratos a giz*. Maranhão 1886, 67 pags. In 4º - E’ em verso e são dez os retratos de pessoas de quem soffreu perseguições ou injustiça. Não vem o nome das pessoas a quem o autor allude, mas conhecem-se. A primeira é o Dr. Gomes de Castro e a última o vice-presidente da província Dr. Viveiros. Há outros trabalhos seus como: - *Arabescos*: versos e prosa. S. Luiz, 1876 e *Miscellanea*: verso e prosa. S. Luiz, 1882. (BLAKE, 1899, vol. II, p. 299)

³² “Luiz Antonio Vieira da Silva - Visconde Vieira da Silva, filho do senador Joaquim Vieira da Silva [...] doutor em leis e em cânones pela universidade de Heidelberg no grão ducado de Baden; senador pela província de seu nascimento, conselheiro de Estado, do conselho do Imperador, grão-mestre da maçonaria brasileira, sócio do Instituto historico e geographico brasileiro e de outras asso. [...] Litterato de fino gosto, parlamentar distincto, sempre dedicado ao estudo da historia pátria, escreveu: - *Jornal de instrucção e recreio*: publicado pela Associação litteraria maranhense – Esta revista, de que só sahiaram publicados 24 numeros, foi fundada e redigida por Vieira da Silva em tempo de estudante de preparatórios. [...] – Historia da independência da província do Maranhão (1822-1828). (BLAKE, 1899, vol. V, p.363-364).

Em se tratando dos aspectos formais a revista era semanal e publicada sempre aos sábados à tarde, a fim de constituir a leitura dominical. Todas as edições possuíam quatro páginas e os textos foram divididos em três colunas. O nome do impresso encontra-se em destaque, e abaixo dele informações básicas como o local da publicação, a data, o ano e o número da edição (Figura 4). Os editores optaram pelo uso de títulos para seus textos e praticamente não usaram subtítulos.

Figura 4 – Fac-símile da Revista de Instrução e Educação n.2



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Sobre os aspectos econômicos do impresso, encontramos na última página do periódico, informações sobre o valor das assinaturas: anual por quatro mil réis (4\$000), semestral a dois mil réis (2\$000), trimestral por mil réis (1\$000) e mensal por 400, sendo que os valores deveriam ser pagos adiantados.

A fim de corroborar com a ideia de que o valor da Revista de Instrução e Educação era acessível aos leitores, pesquisamos o custo das assinaturas de outros jornais impressos na década de 1870 na província, os valores seguem no quadro 2.

Quadro 2 – Comparação dos valores da assinatura entre periódicos

JORNAL	Frequência	ANUAL	SEMESTRE	TRIMESTRE	DIÁRIO
<i>Revista de Educação e Instrução</i> (4 páginas)	Semanal	4\$000	2\$000	1\$000	
Diário do Maranhão ³³ (4 páginas)	Diário		8\$000	4\$000	
O Telegrapho (4 páginas) ³⁴	Semanal	12\$000	6\$000	3\$000	
O Apreciável (4 páginas)	Semanal			3\$000	
O Paiz (4 páginas)	Diário		8\$000	4\$000	
Constitucional (4 páginas)	Semanal	12\$000			
O Domingo (4 páginas)	Semanal			2\$000	
Publicador Maranhense (4 páginas) ³⁵	Diário		8\$000	4\$000	
O Liberal (4 páginas)	Semanal	10\$000	5\$000	3\$000	
A Brisa (4 páginas)	Semanal			2\$000	
A Mocidade (4 páginas)	3 vezes/mês			2\$000	300 réis
Revista Juvenil (4 páginas)	3 vezes/mês			2\$000	
A Situação (4 páginas)	Semanal	10\$000	5\$000	4\$000	200 réis
O Estudante (4 páginas) ³⁶	Indeterminado				160 réis
O Jornal para Todos (4 páginas)	3 vezes/mês				200 réis

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Para continuar ilustrando o valor reduzido cobrado pela assinatura da Revista de Instrução e Educação demonstramos os valores (Quadro 3) de outros itens comercializados à época.

Quadro 3 – Valores de itens anunciados no jornal Diário do Maranhão

Produto	Preço
Farinha da infância (láctea de Nestlé)	1\$000
Tapioca	\$200
Manteiga ½ kg	1\$300
Feijão de olho preto (kg)	\$230
Açúcar branco (kg)	\$400
Carne seca (kg)	\$320
Fumo de corda (kg)	1\$000
Café com casca (kg)	\$400

Fonte: Quadro elaborado pela autora

³³ O Diário do Maranhão é impresso pela mesma tipografia da Revista pesquisada - Tipografia do Frias. Tem como redator Antonio Rego, e dedicava-se às notícias comerciais, e traduções estrangeiras. (IGNOTUS, 1883)

³⁴ O Telegrapho era distribuído no interior da província e os valores das assinaturas eram diferenciados: anual 14\$000, semestral 7\$000 e trimestral 4\$000.

³⁵ Publicador Maranhense era distribuído no interior pelo valor de nove mil réis.

³⁶ O jornal O Estudante publicado pelos estudantes do Lyceo Maranhense e de frequência indeterminada. Admitia-se a assinatura de 1\$000 por série de 10 números.

Em relação a tiragem e ao sistema de vendas não foi possível encontrar informações na própria revista. Porém, sobre o sistema de vendas, Samuel Luiz V. Castellanos (2012) esclarece que o acesso aos jornais ocorria, principalmente, através dos portos e barcos; e à medida que a imprensa e a tipografia se desenvolviam o comércio, distribuição e circulação de impressos aumentavam.

O acesso aos jornais e demais artefatos se dava também, pela contribuição dos assinantes, pela sua livre distribuição e pelos diversos canais de entrega, mas era principalmente pelos barcos que saíam do porto em direção às localidades mais prósperas do Maranhão, que se colocavam em circulação e se comercializavam os livros, os jornais e outros impressos, competindo com os produtos mais diversos. Na capital acessava-se o jornal de duas formas, pela entrega nas residências aos assinantes ou através das vendas avulsas, quer pela própria tipografia, quer pelos pontos comerciais da cidade.

Com a crescente procura pelos jornais e o aumento do seu quantitativo, a venda e a distribuição em casas e em lojas tornaram-se mais usuais, sendo lugares de melhor acesso e contribuindo para os redatores economizarem com o pagamento de quem os entregava – os jornaleiros. (CASTELLANOS, 2012, p.122)

O último aspecto a ser analisado é a clientela. A revista era destinada, principalmente, às classes menos favorecidas. “Se dedica a derramar a instrução e educação pelas classes laboriosas pelo que é o seu preço de assignatura mui resumido” (Revista de Instrução e Educação, n.4, p.4). Todavia, no decorrer da leitura do periódico, percebemos que ela também se voltava a outros públicos, elegendo como seus interlocutores, dentre outros, os professores primários e os pais de família. Essa oscilação de público, no caso das primeiras revistas pedagógicas no Brasil Império, era bastante comum, especialmente, pela novidade que esse tipo de impresso representava no contexto de uma sociedade que vivia o lento processo de assimilação da escola como uma instituição social necessária.

Inferimos que os editores não pretendiam destinar o periódico apenas para homens ou apenas para mulheres, e sim, para todos os integrantes adultos das famílias maranhenses.

Não foi possível encontrar na página da Hemeroteca Digital Brasileira, todos os números publicados da Revista de Instrução e Educação, verificamos a ausência de três exemplares: números um (1), nove (9), e 14. Além disso, percebemos que as publicações não seguiram rigorosamente a veiculação semanal, por isso, em alguns sábados o impresso não circulou. (Ver quadro 4).

Quadro 4 – Relação cronológica das publicações da Revista

Número	Data da publicação	Estado
1.	04 de agosto de 1877	Falta o número em arquivo
2.	11 de agosto de 1877	Publicada
3.	18 agosto de 1877	Publicada
4.	25 de agosto de 1877	Publicada
5.	1º de setembro de 1877	Publicada
6.	08 de setembro de 1877	Publicada
7.	15 de setembro de 1877	Publicada
8.	22 de setembro de 1877	Publicada
9.	29 de setembro de 1877	Falta o número em arquivo
	06 de outubro de 1877	Não publicaram a revista nesta data
10.	13 de outubro de 1877	Publicada
11.	20 de outubro de 1877	Publicada
	27 de outubro de 1877	Não publicaram a revista nesta data
12.	03 de novembro de 1877	Publicada
13.	10 de novembro de 1877	Publicada
14.	17 de novembro de 1877	Falta o número em arquivo
15.	1º de dezembro de 1877	Publicada
16.	08 de dezembro de 1877	Publicada
17.	15 de dezembro de 1877	Publicada
		Provável recesso de 16/12/1877 a 11/01/1878
18.	12 de janeiro de 1878	Publicada
19.	19 de janeiro de 1878	Publicada
20.	26 de janeiro de 1878	Publicada
21.	02 de fevereiro de 1878	Publicada
22.	09 de fevereiro de 1878	Publicada
23.	16 de fevereiro de 1878	Publicada
	23 de fevereiro de 1878	Não publicaram a revista nesta data
24.	02 de março de 1878	Publicada
25.	09 de março de 1878	Publicada
	16 de março de 1878	Não publicaram a revista nesta data
26.	23 de março de 1878	Publicada
	30 de março de 1878	Não publicaram a revista nesta data
27.	06 de abril de 1878	Publicada
28.	13 de abril de 1878	Publicada
	20 de abril de 1878	Não publicaram a revista nesta data
29.	27 de abril de 1878	Publicada
30.	04 de maio de 1878	Publicada
31.	11 de maio de 1878	Publicada
32.	18 de maio de 1878	Publicada
		25 de maio e 1º junho não publicaram a revista
33.	08 de junho de 1878	Publicada
34.	15 de junho de 1878	Publicada
35.	22 de junho de 1878	Publicada
		29 de junho a 06 de julho não publicaram a revista
36.	13 de julho de 1878	Publicada
37.	20 de junho de 1878	Publicada
38.	27 de julho de 1878	Publicada

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Ao encontro do que Samuel Luiz Velázquez Castellanos (2012, p.123) descreveu em ‘O livro escolar no Maranhão Império’ - percebemos que os impressos contribuíram, consideravelmente, para a ampliação do acesso à instrução da pública. “Os jornais inauguraram no Maranhão oitocentista um processo industrial de

produção, divulgação, distribuição, circulação e consumo de livros e outros artefatos do impresso que vêm ao encontro do crescimento da Instrução Pública”.

Analisando as iniciativas no campo educativo durante o século XIX na Província do Maranhão, inferimos que mesmo o Estado investindo na criação de leis para a educação pública, estes foram insuficientes para a demanda que o projeto de escolarização em curso trazia consigo.

Ficou claro, que o surgimento da Revista de Instrução e Educação ocorreu em um momento em que a província estava disposta discutir questões relacionadas à instrução pública.

Mesmo a historiografia registrando escassez de material, escolas com instalações inadequadas, professores despreparados, baixos ordenados, dentre outros; consideramos que a Província do Maranhão apresentava resultados significativos das implementações no âmbito da educação quando comparada a outras províncias imperiais no mesmo período³⁷. O mapa em anexo demonstra que a Província maranhense estava à frente das Províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Pernambuco, no que tange investimentos na instrução e educação primária da população.

E a revista em tela vinha somar-se às iniciativas em prol da educação e instrução que se desenrolavam na década de 1870, local.

³⁷ Ver anexo I – Mapa das escolas e escolares de cada Província do Brasil.

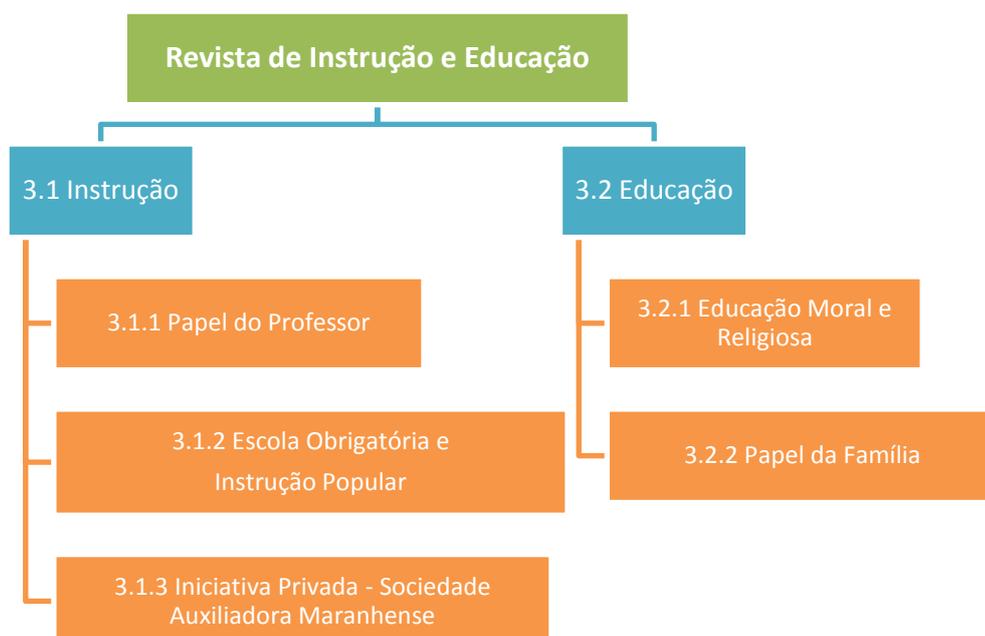
3 DESCORTINANDO O DISCURSO DA REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO

Este terceiro capítulo pretende examinar as estratégias discursivas e analisar os conteúdos relativos à instrução e educação veiculados nas páginas da Revista de Instrução e Educação publicadas em 1977, na Província do Maranhão.

Durante a análise das informações veiculadas nas páginas do impresso pedagógico tomamos o cuidado de observar aquelas de cunho instrucional e aquelas de cunho educacional.

Mesmo a análise se limitando aos dez primeiros exemplares da revista, o volume de informações foi considerável; e sabendo das limitações por se tratar de uma monografia, optamos por escolher cinco tópicos que julgamos para o momento, mais relevantes. Em se tratando dos aspectos diretamente ligados à instrução trataremos do papel do professor atribuído pelo periódico; da escola obrigatória e da instrução popular; da iniciativa privada no cenário educacional: a Sociedade Auxiliadora Maranhense. Quanto aos aspectos ligados, especificamente, à educação abordaremos a educação moral e religiosa e o papel da família na educação.

Figura 5 – Tópicos abordados na análise da Revista de Instrução e Educação



Fonte: Figura elaborada pela autora.

3.1 Aspectos diretamente ligados à instrução

Como já mencionado anteriormente, este trabalho considera o emprego dos vocábulos ‘educação e instrução’, mencionados no contexto do século XIX, semelhantes aos propostos por Gondra e Schneider (2011, p.12-13) que são respectivamente: “um conjunto de ações muito difusas, que recobre aspectos variados das condutas dos diferentes sujeitos sociais”. Já instrução se alinha à ideia de escolarização. “Conjunto de medidas voltadas para organizar e legitimar o equipamento escolar na sociedade brasileira”.

Para analisarmos os aspectos referentes à instrução escolhemos três tópicos que nos pareceram mais frequentes e expressivos nas páginas da revista pedagógica analisada. São eles: o papel atribuído ao professor, da obrigatoriedade da escola e instrução popular; e por fim, a iniciativa privada no cenário educacional: Sociedade Auxiliadora Maranhense.

3.1.1 O papel atribuído ao professor

A escola a seu turno, é o templo cujo **sacerdote** – o **professor** lança à frente das gerações novas o batismo do ensino, para que a sociedade receba homens fortalecidos com a luz da alma – a instrução. E a instrução, recebida na escola, não deve ser o legado dos séculos de trevas em que a humanidade jazia na sombra, porém a provisão suculenta dos séculos de luzes, fartos com as conquistas gloriosas da liberdade. É mister que a escola de hoje seja também na atualidade: a escola nacional precisa ser a imagem da pátria em que vivemos. Eduquem-se as gerações presentes, adultas na idade do progresso, ansiosas de futuro, palpitantes de entusiasmo pela grande causa da liberdade, e mais que tudo ansiosas, abundantes, da posse da verdade.

Os **mestres** apossam-se destes princípios, e infundam nos corações dos alunos as aspirações da pátria. Haja consciência do **dever**, consciência profunda do **elevado ministério** que exercem: eduquem o povo no elemento que lhe é próprio, na sociedade em que vive, nas instituições de que usa, para que possa saber guiar-se no futuro. **Preparar** uma geração, repetamos este eloquente axioma, é **formar** um povo.

E quando esta geração está a caminho é bela, si bem que **arriscada** e **penosa**, a **missão** do **condutor**, que tem de guiá-la ao termo de sua **romaria**. É preciso prepará-la para todos os caminhos. Nem sempre encontram-se estradas amplas e plainas, margeadas de sombras amenas, que lhe facilitem a peregrinação: as mais das vezes as sendas são escabrosas, e os caminhos ínvios. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.8, p.1, *grifo nosso*)

O trecho retirado Revista de Instrução e Educação demonstra a dimensão da expectativa que toda a sociedade da época depositava na escola, e por consequência, no professor. A escola foi comparada a um santuário e o professor ao clérigo, assim como o ensino foi comparado à consagração e a instrução ao brilho da alma. O Estado almejava ao progresso da nação e reconhecia que o meio de alcançá-lo era através do educador, ou seja, inferimos pelo discurso que a responsabilidade do futuro da nação era transferida do Estado para os professores e para a escola. Porém, ao final do texto os editores admitem que a tarefa dos professores seria uma peregrinação árdua e difícil.

No capítulo 2 mencionamos diversos dispositivos legais criados com intuito de organizar e potencializar a instrução pública maranhense, bem como monitorar o trabalho dos professores. André Paulo Castanha (2006) fazendo análise das condições para o exercício da profissão no século XIX destacou que nos regulamentos de instrução pública era evidente o controle do trabalho dos professores; e que seus direitos não estavam explícitos na legislação.

Estes estavam restritos a receber seu salário, desde que comprovassem mensalmente com o mapa de frequência dos alunos devidamente rubricado pelos inspetores paroquiais ou inspetor geral; ser elevados à categoria de professor vitalício, depois de cinco anos de efetivo exercício, sem restrições morais; ser jubilado integralmente (aposentado), após 25 anos de trabalho sem interrupções e parcialmente, a partir de dez anos. (CASTANHA, 2006, p.4)

Outro fator preponderante nos regulamentos provinciais era a importância dedicada à conduta moral e ilibada com que os educadores deveriam apresentar-se. O regulamento maranhense de 1874 (Castro, 2009), no segundo capítulo, que versa sobre as condições para o magistério e suas penas, informa que só poderá exercer o magistério: os brasileiros, maiores de 21 anos, que apresentem moralidade (atestada por párocos) e instrução profissional (comprovada por exames de habilitação); além de serem aprovados em concurso. Ficavam impedidos de pleitear as vagas para o ofício de professor àqueles que tivessem sofrido condenação por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, estelionato, falsidade, moeda falsa, rapto, adultério ou outros que ofendessem a moral ou a religião do Estado. Os deveres e competências dos educadores tinham um rol taxativo como mostra o texto da lei:

Dos deveres dos professores:

Art.51. Os professores públicos são obrigados a instruir os alunos nas matérias do ensino de sua cadeira, dando aulas em todos os dias úteis, nas horas e durante o tempo que forem marcados nas instruções expedidas pelo inspetor da instrução pública.

Art. 52. Compete-lhes:

§1.º Manter a ordem e respeito entre os alunos;

§2.º Empregar toda a diligencia afim que os alunos colham o maior aproveitamento do ensino;

§3.º Remeter mensalmente ao delegado literário o mapa dos meninos matriculados com as notas de frequência e falha e com as observações que forem úteis;

§4.º Confeccionar com o delegado literário o orçamento anual do material da escola e do suprimento de livros, papel aos meninos indigentes;

§5.º Receber por inventario os objetos de que fala o § antecedente, devendo tê-los em boa guarda e dar-lhes o destino legal;

§6.º Apresentar-se decentemente vestido na aula;

§7.º Fazer a matricula dos seus alunos. (CASTRO, 2009, p. 405).

Fica claro que aos professores eram imputadas outras tarefas que iam além do ato de ‘ensinar/lecionar’. Diversas outras atividades administrativas eram atribuídas ao educador, dentre elas, o envio dos mapas dos alunos, que se tratava de relatórios minuciosos da frequência e do desenvolvimento dos educandos. Era por meio desses mapas que os ordenados dos professores eram pagos pelo governo provincial.

Franciele F. França, em ‘A Arte de ensinar’ (2014), nos lembra das incumbências responsabilizadas aos professores nesse período: “as práticas de ensino; as escriturísticas; e as de asseio e comportamento”. A autora ressalta o motivo de o Estado cobrar dos professores uma conduta exemplar dentro e fora do espaço escolar.

Apresentar “boa moral” tinha por sentido apresentar bons costumes ou ainda “regular os costumes conforme a virtude” – “seguir pelo caminho do bem”. O Estado tendo por objetivo instruir e civilizar, no qual o professor era o portador dessa missão com o dever de ensinar os valores morais aos seus alunos moralizando-os, logo ter boa moralidade significava que os professores precisavam apresentar impreterivelmente um comportamento dentro da escola junto aos seus alunos, mas também fora dela – em suas atividades cotidianas. Ou melhor, o professor era avaliado em seu ofício e em sua vida pessoal, não podendo exibir condutas que manchassem a figura exemplar que deveria ter. (FRANÇA, 2014, p.91-92)

Na Província do Maranhão, o regulamento de 1854, revela em seu artigo 38, que além das obrigações anteriormente declaradas, os professores públicos deveriam manter nas escolas o silêncio, a exatidão, a regularidade necessária e apresentar-se decentemente vestidos. Ora, esse dispositivo determina que os

professores fomentem em seus alunos a importância da higiene pessoal e do bom comportamento para convívio social.

Apesar de todas essas atividades imputadas aos professores, seus ordenados eram considerados baixos. Castro (2009) apresenta dados da Lei 282 de 1850 que corroboram tal afirmação.

Quadro 5 – Valores dos ordenados dos professores no Maranhão

Professores de primeiras letras da capital	600\$000
Ditos de primeiras letras de Caxias e Alcântara	550\$000
Ditos de primeiras letras de Guimarães, Itapecuru-mirim, Brejo e Viana	450\$000
Professores das outras Cadeiras, inclusive o da dos Educandos Artífices	350\$000
Professoras de primeiras letras da capital	600\$000
Ditas de Alcântara, Caxias e Brejo	450\$000
Ditas de outras Cadeiras inclusive a do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios	350\$000

Fonte: CASTRO, 2009, p.99

Os dados do quadro 5 correspondem aos valores anuais pagos aos professores, sendo que o ordenado era proporcional ao mês trabalhado. Havia diferenciação entres os ordenados dos professores da capital e daqueles do interior do Maranhão. Relembramos que para receberem seus proventos era necessário remeter, constantemente, os mapas dos alunos, do contrário ficavam sem o pagamento.

Segundo Castanha (2006) o ordenado dos professores era o principal problema da instrução em algumas províncias, visto que não encorajava voluntários a ingressarem no magistério. O autor afirma: “a questão salarial era realmente grave no período, e não só os inspetores paroquiais, e os inspetores gerais tinha clareza dessa realidade, mas também os presidentes provinciais” (2006, p. 8-9).

Em seguida, selecionamos outro fragmento do periódico que aborda as expectativas diante da iminência instrução/escola:

Temos, pois, até hoje gozado de um legado fatal – a Ignorância, erigida em sistema, mantida por hábito, e continuada por incúria. É tempo de levantar-se a benéfica **reação social por meio da Escola**. Venha ela com a aurora de **regeneração**, e abraçamo-la com a única e possível **âncora de salvação**. Que o homem do povo por mais obscura que seja a sua condição, frequente a escola, **aprenda a ler e escrever**, e verá como o seu horizonte moral abrir-se-á amplo e risonho. [...] Receemos assaz do pavoroso domínio das trevas no íntimo do coração das nações. Nenhuma

coisa é mais terrível e medonha do que uma alma sem luz. Na comunhão geral, que se chama sociedade; na sociedade religiosa, que se chama igreja; na vida íntima, que se chama família, busque sempre o homem – **Instrução**, isto é, **a luz para sua alma**, o alimento para seu espírito. [...] Todos esses prodígios operados pela associação servem-se de um órgão transmissor: a **Escola**. Somente esta os pratica por meio da instrução que espalha pelas massas populares. Somente a **escola** é que esclarece, moraliza, e ilustra o homem, preparando-o para viver bem na família, no estado, e na igreja, a que necessariamente pertence por sua condição social. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.4, p.1, *grifo nosso*)

Presumimos que além do corpo editorial da Revista de Instrução e Educação, a sociedade brasileira depositava toda esperança de progresso e êxito na instrução da nação. Novamente, a revista salienta que através da escola o sujeito se tornará esclarecido e íntegro, ou seja, apto para o convívio social.

Durante a leitura dos textos da revista não encontramos menção a importância do Estado em investir na formação dos professores, mas verificamos uma passagem que destaca a necessidade de mudanças nas metodologias adotadas em sala de aula, incentivando o abandono das práticas importadas da Europa e adotando uma didática que atendesse a demanda brasileira.

Sem precisar descer a uma apreciação minuciosa, basta uma simples vista para reconhecer a verdade do que vamos dizer. Vejamos um exemplo: - As três freguesias desta capital estão enriquecidas com belíssimos prédios, devidamente mobiliados e com todos os utensílios necessários a estabelecimentos desta ordem. Entretanto, o que se observa na prática do ensino? É que os vastos salões destes soberbos prédios vivem desertos, ou pouco frequentados, porque **o ensino público ainda se resente dos vícios e defeitos da velha rotina**. Daí esse abandono e indiferença, que revelam o nosso **atraso no método** da instrução pública. [...] É preciso abandonar de uma vez os europeus das formas externas, e penetrar a fundo no seio de tão rico tesouro. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.7, p.3, *grifo nosso*).

Parece-nos que o compromisso com o crescimento e com o desenvolvimento do país recaíra sobre os ombros dos educadores, que acumulavam as funções de docente, administrador escolar, orientador, e em alguns casos até provedor de materiais escolares; ou seja, apesar de algumas interferências externas, a responsabilidade final pelo funcionamento da escola era sempre do ‘professor’. Fica evidente que a Revista de Instrução e Educação foi um dos veículos de divulgação que perpetuou essa compreensão sobre o papel docente.

3.1.2 A Escola Obrigatória e a Educação Popular

Muitos depositam suas crenças na escola, e por consequência na instrução. Porém mesmo neste terreno há sérias divergências, querendo uns a **instrução obrigatória, outros voluntária**; uns a **instrução oficial, outros livre**; uns o ensino da moral independente, a instrução secular, isto é, a escola sem Deus; outros que o ensino literário seja acompanhado de moral e religião. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.2, p.2, *grifo nosso*)

O fragmento acima demonstra que o debate acerca da obrigatoriedade escolar dividia opiniões e perdurou por todo século XIX no Brasil. De acordo com Diana Gonçalves Vidal (2013), as primeiras discussões iniciaram em Minas Gerais na década de 1820, seguida de Goiás, Ceará, Piauí e do município neutro da Corte. A partir de 1850, as deliberações chegaram ao Grão Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Amazonas e Sergipe. Na década de 1870, nas províncias do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo, Alagoas; e em 1880, Mato Grosso.

Na Província do Maranhão³⁸, a educação obrigatória começou a ser discutida entre 1854 e 1855. O historiador Primitivo Moacyr, em 1939-1940, escreveu sobre a instrução nas províncias brasileiras e relatou:

1855. Regulado até aqui por uma legislação imperfeita e omissa em muitos casos, sem nexos, sem sistema, e desempenhados as mais das vezes por um pessoal pouco habilitados. [...] Por diversas vezes pedi, diz o presidente, Olímpio Machado, autorização ao poder legislativo para reformar a instrução pública [...]. Na reforma tive em vista, como condição de melhoramento, a conveniência da inspeção e fiscalização do ensino; a organização e regularização dos diversos estabelecimentos de instrução; as condições, matéria e propaganda da mesma; as habilitações e exames para o magistério; a repressão das omissões e a distribuição de recompensas no exercício das funções magistras; a admissão, frequência e aproveitamento dos alunos; **a imposição de multas aos pais, tutores e protetores negligentes em mandar instruir os seus filhos, pupilos e protegidos**; o fornecimento de material indispensável à instrução mantida pela província. (MOACYR, 1939, p.182-183, *grifo nosso*)

Moacyr (1939, p.190) salientou que a lei previa penalidades àqueles que não enviassem as crianças à escola, mas isso não significava que a norma era fielmente cumprida. “A indigência faz com que muitas famílias deixem de enviar os

³⁸ Nesse período vigorava o Ato Adicional à Constituição de 1824, que transferia a responsabilidade pela organização das escolas primárias e secundárias do Estado às províncias.

meninos à escola, não podendo dar-lhes roupa indispensável ou preferindo empregá-los no serviço doméstico, na lavoura ou na pesca”. O autor destaca que em 1858, o presidente da província do Maranhão, João Pedro Dias Vieira, tratou em Assembleia Legislativa, sobre o ensino público e reconheceu que as aulas eram pouco frequentadas e que o Estado não cumpria o regulamento imperial, e que tal fato dificultava a disseminação da instrução pelo território brasileiro.

Além do fragmento citado no início desse tópico que aborda a educação obrigatória, segue um trecho que também trata da resistência das famílias em enviar os filhos à escola.

[...] Bem sabemos a relutância das famílias, filha dos preconceitos seculares, contra a civilizadora educação. Para extirpar essa relutância assassina é que as nações cultas inventaram um princípio, que se chama ‘a **educação obrigatória**’. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.5, p.3, *grifo nosso*)

Nesse momento, o periódico pedagógico além de tecer severas críticas às famílias maranhenses, demonstra que o corpo editorial estava consciente das discussões sobre instrução em outros países, especificamente nas nações desenvolvidas. Durante a leitura percebemos que a revista se preocupava em veicular o que de mais moderno e atualizado era discutido no exterior.

Somente em 1874, dezesseis anos depois de dar início às discussões sobre educação obrigatória, foi que o Maranhão instituiu o regulamento determinando que o ensino fosse livre e a instrução obrigatória. Em 1877, a legislação propôs princípios fundamentais para a educação, que estabelecia além da obrigatoriedade, a liberdade e gratuidade do ensino.

Regulamento da Instrução Pública – 1874 [...] Art. 6º O ensino primário é obrigatório. Os pais, tutores, curadores, protetores, que tiverem sob seu poder meninos maiores de 7 anos, sem impedimento físico e não lhes derem ensino primário, de um ou de outro grau, em casa, escolas públicas ou particulares, incorrerão na multa de dez a trinta mil reis, que será repetida de seis em seis meses, se continuar a falta de cumprimento desta obrigação. (CASTRO, 2009, p.400)

A Revista de Instrução e Educação trouxe, além da temática da obrigatoriedade escolar, a da gratuidade também:

Cuidemos, pois, de reabilitar, de resuscitar o povo, decaído como está na degradação da alma, encerrado no escuro sepulcro da ignorância. É este o

grande dever do governo: educar e instruir o povo, cumprindo desse modo a magna e solene promessa exarada na carta – **Instrução Gratuita a Todos os Cidadãos**. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.6, p.1, *grifo nosso*)

. Em leituras prévias, percebemos que na maioria das províncias brasileiras, a norma sobre obrigatoriedade não eram plenamente executadas. Mas o discurso apresentado pelo impresso demonstra que o corpo editorial estava acompanhando o movimento nacional que tratava da obrigatoriedade e gratuidade da instrução no Império. Percebemos que a revista apoiava discretamente tais discussões, por isso defendiam a necessidade do Estado remover os obstáculos que impediam a plena execução da legislação existente.

Instrução Popular

Como, porém, assim praticar, sem as luzes que dimanam da instrução, da **educação das massas populares**? Como realizar esse desideratum, quando vemos opacas trevas caírem densamente sobre uma sociedade, onde o saber é exceção, é privilégio, é partilha das classes elevadas, e a ignorância é imposta como legado perpetuo, inumano, morticida das camadas inferiores?

Trabalhem, pois com fé viva de dar batalhas contra as trevas, e alcançaremos as vitórias da luz. Caminheiros do futuro, os promotores da **instrução popular**, terão opositores como todos obreiros do bem. Não importa: lutemos e venceremos. A persuasão é nossa espada, e a paz o nosso fim. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.5, p.1, *grifo nosso*)

Na Província do Maranhão, vimos que parte significativa das iniciativas para a educação era voltada para as classes privilegiadas, em decorrência do papel civilizador que as elites atribuíam à educação escolar; mas também, havia ações para a instrução da população em geral. Segundo Castro e Castellanos (2015, p.2), foi a partir da década de 1840, com a criação da Casa dos Educandos Artífices, que os esforços se dedicaram a “parcela pobre e desvalida da província, visando à formação profissional: ensinamentos sobre ofícios de carpinteiro, alfaiate, marceneiro, dentre outras ocupações que o Maranhão carecia”. No entanto, os autores ressaltaram que, “a classe operária adulta não tinha sido até então objeto de atenção instrucional por parte de iniciativas governamentais, nem por particulares”. (Castro e Castellanos, 2015, p.2)

Vanilda Pereira Paiva (2003) em 'História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos' conceitua a educação popular:

Entende-se por educação popular, frequentemente, a educação oferecida a toda a população, aberta a todas as camadas da sociedade. Para tanto, ela deve ser gratuita e universal. Outra concepção da educação popular seria aquela da educação destinada às chamadas "camadas populares" da sociedade: a instrução elementar, quando possível, e o ensino técnico profissional tradicionalmente considerado, entre nós como ensino "para desvalidos". (PAIVA, 2003, p.56)

Nesta pesquisa entendemos 'Educação Popular' através das iniciativas voltadas para a instrução elementar, assim como o ensino técnico-profissional da época. Ressaltamos que a educação dos adultos também se insere na seara da educação popular, considerando que a escola noturna está entreposta no bojo do ensino primário.

Na Província do Maranhão, foi em 1º de julho de 1868, que a primeira escola noturna foi inaugurada, na cidade de São Bento (Moacyr, 1939, p.180). Antônio de Almeida Oliveira (2003), quando versou sobre o ensino público maranhense, dedicou um capítulo para explanar sobre a importância das escolas noturnas no Estado. O autor defendia que para aqueles adultos que não tiveram oportunidade de instruir-se e pela necessidade do trabalho durante o dia, as escolas noturnas era uma necessidade indispensável.

Este ensino não deve ser menos obrigatório que o da meninice. Como a lei obriga o adulto a trabalhar pode obrigá-lo a aprender, porque uma coisa é tão moralizadora como a outra. Além do que já mostrei que sem instrução nenhum trabalho pode ser profícuo. [...] A instrução não é uma necessidade só da infância e para a infância. O homem aprende quando menino para utilizar-se dos seus conhecimentos quando adulto. Adulto mesmo a necessidade da instrução é cotidiana. A vida inteira é um aprendizado de todas as horas e tão imperioso que a instrução da infância fica incompleta, e tende a minguar para quem a ele se não submete. (OLIVEIRA, 2003, p.178-179)

A Revista de Instrução e Educação salienta em diversos momentos a importância da instrução popular e destaca que a sociedade não deve esquivar-se diante da quantidade absurda de pessoas impossibilitadas de estudar.

É o maior impulso que os espíritos são e refletidos podem dar as liberdades pátrias – **Educar as Massas Populares**. Não seja-nos indiferente o contristador espetáculo de tantos milhões de indivíduos privados do saudável alimento distribuído nas escolas. [...] É por sem dúvida a primeira,

a mais momentosa questão, para todos os povos livre, cuidar da sua instrução, porque onde não houver instrução a liberdade não existe, ou não poder-se-á sustentar alguma mui diminuta de que gozem os povos. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.6, p.1, *grifo nosso*)

Como podemos perceber, a revista defende em suas páginas a ampliação e manutenção das aulas voltadas à instrução de jovens e adultos. Essa instrução pretendia dar condições aqueles que não tiveram oportunidade na infância por inúmeras razões, dentre elas, a necessidade prematura de ingressar no mercado de trabalho.

A síntese de toda a sabedoria humana consiste na resignação, na fé, na esperança de um futuro melhor. Em todos os lances da vida social, por mais amargurados que seja não venha o desalento esbarrar ao primeiro entrave. Aguardemos alvorada mais bela, mais radiante, mais expansiva, mais ampla. Confiemos, pois, no futuro e façamos a magnífica preparação para a entrada triunfal no templo do progresso por via da **instrução popular**. [...] Seja por meio de associação, de **escolas noturnas**, de gabinetes de leitura, de bibliotecas populares, de conferências, de jornais, seja por meio de tantos outros expedientes de que se hão servido as caridosas instituições europeias e norte-americanas, a instrução é e deve ser o primeiro veículo do progresso; convém, pois, ampliá-la. [...] É preciso, pois, que o **povo** se instrua para cumprir sua missão na terra. Deve a si, a sua pátria, o concurso dos seus trabalhos e esforços para levar a si os seus concidadãos a maior altura de engrandecimento e progresso. É este o maior segredo e a maior força da instrução. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.7, p.1, *grifo nosso*)

Novamente, a revista deposita suas esperanças em um futuro promissor, a partir da instrução popular; e reafirma que por meio dela, a civilidade e o progresso será alcançado. Em muitos momentos, o periódico divulga a oferta de aulas noturnas por parte de associações filantrópicas e/ou seminários da capital São Luís, que será amplamente discutido no próximo tópico, quando tratarmos da iniciativa privada na educação maranhense.

Entendemos que a Revista de Instrução e Educação se reafirma enquanto impresso pedagógico, especialmente, quando traz em seus números as temáticas da obrigatoriedade e gratuidade da escolarização. A revista demonstra-se interessada em trazer para a província os assuntos mais contemporâneos que eram analisados, principalmente na França, Inglaterra e Alemanha, bem como a propaganda e defesa de uma instrução popular que abarcasse não só as crianças, mas também, os adultos.

3.1.3 Iniciativa Privada no Cenário Educacional – Sociedade Auxiliadora Maranhense

Começam amanhã os trabalhos regulares da diretoria da sociedade Auxiliadora Maranhense, recentemente criada. Como é do domínio público, esta utilitária associação tem por único fim derramar a beneficência em ampla escala pelos seus associados e suas famílias. [...] A sociedade Auxiliadora Maranhense deve alegrar-se por ter inaugurado este novo período entre as nossas associações de caridade. Naturalmente o seu exemplo será brevemente seguido; porque estamos convencidos da proficuidade da medida. A nova sociedade tem mais por fim o Ensino Primário entre os adultos, pois são estes os sócios, e vai desde já abrir uma escola; promoverá ainda o casamento; abolirá o concubinato nas classes obreiras; promoverá meios de frequentarem as aulas primárias os filhos dos sócios; dotará as filhas dos associados com a quantia de cem mil reis quando se casarem; acabará com a embriaguez e a vagabundagem, empregando em seus respectivos ofícios e profissões as pessoas alistadas no cathalogo dos sócios. Tal é a associação para a qual desejamos o mais auspicioso futuro. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.2, p.1)

Um dos temas recorrentes durante a leitura da Revista de Instrução e Educação foi a Sociedade Auxiliadora Maranhense. Já no segundo exemplar, o periódico dedicou um generoso espaço para anunciar a criação da sociedade beneficente. Os editores ressaltavam que a associação se dedicaria, dentre muitas atividades, ao ‘Ensino Primário’ dos adultos.

Até o presente momento, percebemos que durante o Império a ‘formação do povo’ foi amplamente posta em discussão, visando principalmente, o progresso da nação. Nesse contexto, surgiram propostas e investimentos para a instrução popular; não somente por parte do Estado, mas por outras forças educativas.

No decorrer do século XIX, a educação foi pensada no plural, como também foram plurais as forças educativas que, de modo associado ou concorrente, delinearão iniciativas e constituíram formas e práticas diversas para promover os projetos de educação e de nação. Uma destas forças educativas foi representada pela ação da própria sociedade civil, por meio da criação de múltiplos espaços e redes de sociabilidade, formais ou informais, que longe de se constituírem como lugares estanques e isolados uns dos outros, estabeleceram entre si uma série de interseções e relações, embates e confrontos. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.62-63)

De acordo com Viveiros (1937, p.26) no decênio de 1860 e 1870 houve notáveis desenvolvimentos na instrução particular da província maranhense.

Várias associações, normalmente sociedades beneficentes, emergiram no país, a partir de 1870. Depois de analisar leis e decretos maranhenses do ano de 1877, constatamos o surgimento de várias delas: a Sociedade Maranhense Protetora dos Alunos Pobres, a Sociedade Onze de Agosto, a Sociedade Propagadora da Instrução Primária em Guimarães, a Sociedade Icatuense Protetora da Infância Desvalida, a Sociedade Beneficente Oito de Setembro, a Sociedade Protetora dos Artistas Caxienses, a Sociedade Beneficente União Brasileira, a Sociedade Auxiliadora Maranhense, Sociedade Beneficente União e Tolerância, a Sociedade Beneficente dos Caixeiros, dentre outras.

O Almanak Diário do Maranhão (1878) demonstra dados do ensino particular na província nos anos de 1876 e 1877. O ensino particular secundário possuía dez escolas, sendo cinco para meninos e cinco para meninas. Estes estabelecimentos foram frequentados por 734 alunos. Já o ensino primário particular era ofertado em 14 escolas, sendo dez para meninos e quatro para meninas; frequentadas por 486 alunos. O periódico informa também, que a classe operária era atendida pelas Sociedades Onze de Agosto³⁹ e Sociedade Auxiliadora Maranhense em cursos diurnos e noturnos de primeiras letras, que foram frequentados por 68 alunos.

Deduzimos que a Revista de Instrução e Educação poderia ter relações estreitas com a Sociedade Auxiliadora Maranhense, pois ambas tinham como objetivo principal a solidariedade e a promoção da instrução. Supomos, inclusive, que alguns textos tenham sido produzidos por membros da própria associação.

A Sociedade Auxiliadora Maranhense foi criada em 29 de julho de 1877, na capital São Luís. Era uma associação beneficente, composta por artistas, isto é, artífices mecânicos, trabalhadores manuais livres. De acordo com seu estatuto, a sociedade tinha por fim promover a instrução literária, moral e religiosa dos sócios; socorrer seus associados e familiares quando necessário, além de promover o bem-estar material e moral, etc. No que tange à instrução, o ensino literário se iniciava

³⁹ “Foi iniciativa de dois vultos notáveis na instrução pública do Maranhão – os drs. Antônio de Almeida Oliveira e João Antônio Coqueiro – a fundação, em 1870, da Sociedade 11 de agosto, cujo fim era manter cursos noturnos gratuitos para as classes operárias de nossa capital. [...] A partir dessa época rara é a realização pedagógica ou obra benemerência, levada a efeito no Maranhão, que não tivesse a frente a prestigiosa associação: é ela quem organiza o curso normal, criado pela lei nº 1088, de 19 de junho de 47”. (VIVEIROS, 1937, p.32)

“Sua criação em São Luís, em 1870, tinha como finalidade, o oferecimento da instrução das primeiras letras e saberes à população operária e adulta, preferencialmente, abrangendo os conteúdos direcionados às artes mecânicas e industriais”. (CASTRO e CASTELLANOS, 2015, p.1-2)

pela leitura e escrita até a conclusão das matérias de 1º e 2º grau das aulas primárias.

O periódico Diário do Maranhão menciona a criação dessa agremiação na publicação do dia 31 de julho de 1877:

Sociedade de beneficência – [...] denomina-se a associação, Sociedade Auxiliadora Maranhense e tem por fins capitaes: instruir e educar os seus membros; prodigalizar-lhes socorros temporaes, como diárias, medico, botica; fazer o enterro e exéquias; cuidar da família do morto; instruir mensalidades aos sócios valetudinários; às famílias a quem em vida os sócios tiverem inscripto na sociedade como suas pensionistas. Além desses, a nova associação tem muito em vista a moralidade dos seus associados, velando para que não lhes falte emprego ou trabalho da sua profissão; desenvolvendo-lhes o gosto para o casamento, afim de extipar-se a chaga do concubinato; empregando o prestígio social para que os filhos dos sócios frequentem aulas públicas e particulares, enfim, interessando-se tanto pelos associados como por suas famílias. Não podemos deixar de levantar um brado de animação a uma sociedade que apparece sob tão bons auspícios. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1877, n.1195, p.3)

A Revista de Instrução e Educação dedicou muitas colunas para veicular informações sobre a Sociedade Auxiliadora Maranhense. Ressaltamos o trecho que noticia a inauguração da escola para adultos:

Vem a propósito falar na escola para adultos, criada pela humanitária Sociedade Auxiliadora Maranhense, e cuja inauguração, teve lugar no dia 2 do corrente. Dirigida esta aula por habilíssimos professores, provectoros no desempenho do magistério e de uma irrepreensível moral, muito se deve esperar de sua fundação [...]. Temos, pois, esperança de ver em breve os magníficos resultados da escola da sociedade Auxiliadora, em vista dos esforços de seus instituidores e do apoio unanime, que ela tem tido dos sócios e do público em geral. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.7, p.3)

A sociedade beneficente entra no cenário da instrução maranhense a fim de complementar aquela já ofertada pelo Estado, ocupando principalmente, uma lacuna encontrada na oferta da educação para adultos. Os editores ressaltam que os professores da instituição são competentes e virtuosos; e, nutrem esperanças de resultados promissores em pouco tempo.

De acordo com Castro e Castellanos (2015), essas associações e/ou sociedades tinham o intuito de garantir e apoiar as atividades profissionais, contribuindo com a seguridade social, ou seja, defendiam os interesses de seus associados e ofereciam o ensino das primeiras letras e das artes pertinentes a sua atividade. “Também se estabelecem essas associações, para debater o que havia

de mais moderno no campo da ciência e das ideias filosóficas e literárias” (Castro e Castellanos, 2015, p.84-85).

Cabe ressaltar que observamos também que a Sociedade Auxiliadora e a Revista de Instrução e Educação surgem na capital São Luís com intervalo de tempo muito curto; a primeira em 29 de julho de 1877, e a segunda em 04 de agosto do mesmo ano. Essa é mais uma evidência que embasa nossa suposição de que ambos tinham uma relação estreita, e possivelmente uma parceria em prol da instrução e educação na Província.

3.2 Aspectos diretamente ligados à educação

No que tange os assuntos relacionados à educação, escolhemos dois tópicos que a Revista de Instrução e Educação abordou com maior frequência em seu discurso. Foram eles: educação moral e religiosa; e o papel da família na educação durante o século XIX.

3.2.1 Educação Moral e Religiosa

Ao tratamos do ensino moral e religioso, durante os oitocentos, faz-se necessário uma breve explanação dos momentos que antecederam o período Imperial (1808-1889). A educação durante o período em que fomos Colônia de Portugal (1500-1808) aconteceu, inicialmente, por meio das missões para a catequização dos povos indígenas. Essa educação ficou sob a responsabilidade dos padres da Companhia de Jesus⁴⁰ até meados de 1759.

⁴⁰ “A Companhia de Jesus ou Sociedade de Jesus, surgiu em 1534, por iniciativa de Inácio de Loyola (1491-1556). Ele e outros seis religiosos reuniram-se em uma capela em Paris e fizeram o juramento de fundar uma nova ordem religiosa. Deferentemente das outras ordens religiosas da época, a Companhia de Jesus não pretendia manter seus padres em mosteiros, isolados do mundo exterior. [...] A Ordem religiosa que nasceu sob o signo da Reforma Católica tornou-se missionária e educadora em resposta a desafios que lhe foram impostos pelos mandatários de estados católicos. Foi em terras lusitanas, ou de domínio da Coroa portuguesa, que os jesuítas principiaram a desenvolver aqueles trabalhos. [...] Foram elaborados, experimentados e aperfeiçoados vários planos gerais de estudo até que, em 1599, foi publicado oficialmente o *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* ou simplesmente *Ratio Studiorum*: um conjunto de 467 regras com objetivo de orientar

As primeiras tarefas dos jesuítas foram a conversão e a catequese dos gentios, ou seja, dos índios; a catequese e o ensino das primeiras letras às crianças brancas; o pastoreio das antigas ovelhas, dos cristãos brancos que viviam no Brasil. Dessas atividades, aquelas que talvez tenham mais ocupado a atenção e a ação dos “filhos” de Inácio foram a conversão e a catequese dos nativos da terra. (COSTA e MENEZES, 2009, p.35)

Já dentro dos engenhos, ocorreu outra forma de educação. Segundo Costa e Menezes (2009), nesse contexto, a principal característica era a oralidade, por isso, os jesuítas usaram o sermão como estratégia educativa mais adequada àquele meio social. Anos mais tarde, os jesuítas fundaram colégios, direcionados para a educação dos filhos dos europeus residentes ou nascidos no Brasil.

Enquanto isso, a Europa passava por mudanças. A França começava a propagar suas ideias iluministas, e defendia que a racionalidade deveria se sobrepôr às crenças religiosas e ao misticismo. Parte dos franceses acreditava que a principal arma para atingir o progresso era a ‘educação’. Esses pensamentos atingiram Portugal, e na década de 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo foi nomeado ministro e, posteriormente recebeu o título de Marquês de Pombal. Dentre as suas principais ações ressaltamos a expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil.

Na Colônia brasileira, no campo do ensino, apenas foram estabelecidas as reformas relativas aos estudos menores. Os filhos das famílias abastadas teriam de completar a instrução de nível superior em Portugal, onde receberiam as influências da mentalidade predominante, reproduzindo os ideais da monarquia e da Igreja. Em 1759, a Coroa portuguesa, através do Alvará de 28 de junho extinguiu todas as escolas reguladas pelo método jesuítico e estabeleceu um novo sistema que visava a recuperar os ideais da pedagogia humanista e inserir Portugal no rol das nações avançadas. Os jesuítas foram expulsos do território português e o ensino passou a ser responsabilidade do Estado, que passou a oferecer aulas régias (avulsas) de Primeiras Letras, Gramática Latina, Retórica e Filosofia. (VERALDO, 2009, p.48)

Apesar da expulsão dos jesuítas, a Igreja manteve-se responsável pela educação, na maioria dos colégios brasileiros mesmo depois da Proclamação da Independência. A própria legislação⁴¹, outrora analisada, reafirma o que acabamos

tanto o conteúdo educativo como todas as funções inerentes ao funcionamento dos colégios, ou seja, um plano, uma organização dos estudos”. (COSTA e MENEZES, 2009, p.32-33)

⁴¹ Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os **princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana**, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1827, p.1, *grifo nosso*)

de mencionar. Cabe ressaltar que até mesmo a admissão do professor exigia deles preceitos pautados na doutrina cristã.

A Revista de Instrução e Educação traz em suas edições diversos trechos que abordam o tema. A fim de não tornar o texto enfadonho, selecionamos um fragmento:

Na **educação moral e religiosa** divide-se as funções. Para a **educação religiosa** há um sacerdote, encarregado especialmente de infiltrar nos alunos os princípios da **religião**, de encaminhá-los para o bem, segundo os **preceitos divinos**, e de aplicar as **regras do evangelho** aos assuntos da vida. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.5, p.2)

O periódico defendia que a educação da população fosse pautada nos ensinamentos morais e religiosos. Os ensinamentos religiosos ficariam a cargo dos sacerdotes, e estes incumbidos de encaminharem os sujeitos para o caminho moralmente e socialmente aceito na época.

Sabemos que na década de 1870 havia debates entre aqueles intelectuais que defendiam uma escola com bases positivistas, no entanto, a Revista de Instrução e Educação, posiciona-se, claramente, desfavorável a esses pensamentos com bases iluministas, e colocou-se em defesa do Cristianismo.

Introduziram-se livros nas escolas que abalando as crenças religiosas tendem a materializar a mocidade. Ensinam uns que o cristianismo tem a sua mitologia e as suas fábulas, outros, que os animais possuem almas da mesma essência que as nossas; outros que existem cães que tem gênio, elefantes que possuem espírito, panteras com sensibilidade, andorinhas com imaginação. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.10, p.4)

De acordo com Emanuela Sousa Ribeiro (2003, p.85-86), em 'Igreja Católica e Modernidade no Maranhão', era evidente a obediência às autoridades religiosas, e isso era "um dos principais pontos de contato com o Estado modernizador". A autora esclarece que o catolicismo romanizado tinha pontos em comum com grupos políticos que controlavam o país; àqueles preocupados com o progresso material, a civilização da pátria, a ordem, o cumprimento das leis, e com a manutenção da autoridade sobre os cidadãos.

Esse estreitamento na relação Estado - Igreja propiciou que a religião permeasse diversos espaços na Província Maranhense: as instituições escolares, obras assistenciais, inclusive, a imprensa.

A romanização do catolicismo brasileiro ocorreu através da implantação de um conjunto de ações similares em todo país. Reforma de seminários diocesanos e do clero local, fundação de estabelecimentos de ensino para a sociedade civil, construção ou reforma dos palácios episcopais e catedrais, criação de jornais católicos, saneamento das finanças dos bispados, disciplinamento das associações de leigos e maior atenção aos sacramentos, foram as principais medidas levadas a efeito pelo clero dirigente. Este conjunto de ações dirigidas pelos bispos reformadores fazia parte das orientações gerais da Igreja romana, em vigor no país desde meados do século XIX. (RIBEIRO, 2003, p. 68)

Ribeiro (2003, p.77) ressalta outro aspecto importante, “a Igreja era a única instituição que atingia todos os segmentos da sociedade e tinha dois vieses que interessavam ao Estado” - a Igreja abrangia todo o território nacional, e podia assessorá-lo em qualquer atribuição; além disso, o catolicismo era a religião da população pobre, e esta era a parcela da população que o Estado tinha mais dificuldade em atingir. De acordo com a autora, esses foram os motivos que fomentaram a aproximação entre a Igreja e o Estado, e, conseqüentemente, a forte influência da religião católica no ensino público brasileiro.

3.2.2 O Papel da Família na Educação

Ao abordarmos o papel da família na educação, é primordial destacarmos qual a concepção de família era predominante no século XIX. Para isso, destacamos a definição adotada por Juarez José Tuchinski dos Anjos (2015), em ‘História da educação da criança pela família no século XIX - fontes para uma escrita’: “Essa família de que falo possui ainda rosto e forma bem definidas: é aquela composta por mãe, pai e filhos, vivendo em uma mesma residência, ou seja, a chamada família nuclear moderna” (Anjos, 2015, p.69).

Nos séculos anteriores ao XIX, os valores morais e os conhecimentos profissionais eram transmitidos no interior das famílias, através dos ensinamentos dos membros mais velhos e experientes aos mais jovens. Assim, os costumes e as atividades desenvolvidas pelas famílias eram difundidos por gerações.

Nessa época em que a família desempenhava o papel de instruir e educar, os indivíduos não estavam inseridos em uma sociedade complexa e evoluída. [...] Com o surgimento das máquinas, com a divisão do trabalho advinda com o capitalismo, esse modelo de educação familiar passa a ser

insuficiente para atender ao ideal de uma sociedade moderna e civilizada. Os conhecimentos tinham que ser aprimorados e especificados de forma a atender às novas demandas desenvolvimentistas. É nesse cenário, propiciado a partir do século XVII, com a origem das cidades modernas, que a instituição escolar ganhou importância e passou a ser vista como uma continuação de educação familiar. No momento em que a família deixou de ser a única responsável pela educação dos filhos, a escola assumiu a responsabilidade pelos conhecimentos técnicos e científicos. (CAMPOS, 2011, p.3).

Percebemos, quando tratamos da educação no segundo capítulo desta pesquisa, que logo após a Proclamação de Independência, o Brasil iniciou uma jornada em busca de constituir uma nação desenvolvida, com vistas ao progresso. No entanto, para que esse ideal fosse alcançado, somente a educação em ambiente familiar não era suficiente. Por isso, o Estado começou a investir na construção de prédios escolares, na aquisição de materiais escolares, na criação de normas, dentre outros. No entanto, a importância das demais instituições sociais não foi preterida. Mesmo porque, demandaria muitos anos para que a escola se estabelecesse como referência em educação.

No Brasil, ao longo do século XIX, a instituição escolar vai lenta, mas inexoravelmente, se fortalecendo como o locus fundamental e privilegiado de formação das novas gerações, estando diretamente relacionada a este fato a expansão da escolarização, o processo de profissionalização do magistério, dentre outros fatores. (FARIA FILHO, 2000, p. 44-45)

A Revista de Instrução e Educação publicada no Maranhão, em seus textos, ressaltou a importância da família no processo educativo e no progresso nacional. Segue uma seleção que ilustra a afirmação:

Entendemos que a regeneração social, o verdadeiro progresso não poderá partir de outro lugar senão da **Família**. Em nosso pensar serão infrutíferos todos os passos dados fora desta senda: regeneremos, **eduquemos a família** e a sociedade por sua vez tão bem se levantará a passos agigantados. Não disfarçamos e bem vemos o momentoso problema que se ergue ante a afirmação que vimos de fazer. Parece-nos levantar-se a Shyngé legendaria e ameaçar devorar todos os que não resolverem convenientemente o seguinte enigma. 'Em que sentido será feita a **educação da família?**' Nós aceitamos o repto da Shyngé social e responderemos terminantemente: A **educação da família** só poderá ser frutuosa fundando-se no ensino católico: convém que seja religiosa a família que pertença absolutamente ao catolicismo. E se nos permitem ampliar em formula analítica o enunciado, que ai deixamos em forma sintética, diremos que a educação e formação da **família** há de ser abraçado as grandes verdades do catolicismo, a adoração de Deus em espírito e verdade: em simplicidade e sinceridade de coração. Ensine-se o respeito e a veneração aos santos, os mais sublimes exemplos de virtude. Inaugure-se bem no centro do **lar domestico** a grande **escola** do respeito do homem para

consigo e com seu semelhante. [...] Diga-se-lhe como militante neste mundo, se exige d'elle trabalho phisico e intellectua, para incremento das artes, industrias e sciencias: diga-se-lhe que como ente dotado de alma immortal e responsavel por tudo que praticar, tem obrigação de ornar e enriquecer o seu coração de todas as virtudes, único thesouro immorredouro. Eis em resumo e perfunctoriamente a grande these a desenvolver-se no seio da **família**. Não queremos ficar tão somente neste enunciado. Apraz-nos a discussão. Eis pois o ponto que nos propomos a estudar: Mostrar ser impossível organizar-se a **família** fora do catholicismo, e que sem a **família** bem organizada impossível é o progresso social. Para estes estudos dividiremos a questão pela seguinte ordem:

- I. A **família** no plano de seu Divino Criador.
 - II. A **família** fora do plano divino nas sociedades pagans.
 - III. A **família** reorganizada pelo catholicismo, segundo o plano primitivo.
- Ou: A **família** como deus a constituiu. Como os homens a quizerem fazer. Como Jesus Christo restaurou-a e a entregou ao catholicismo. (REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, 1877, n.2, p.2, *grifo nosso*)

O discurso adotado pela revista demonstra que os autores acreditavam que as famílias são preponderantes no transcurso da nação rumo ao verdadeiro progresso, ou seja, “para que realmente o lema de instruir e civilizar por meio da educação se efetivasse a família não poderia ficar isolada do processo educativo” (Campos, 2011, p.4). Por isso, atribuem que o objetivo do país somente seria frutífero mediante a educação da família.

Inferimos que a linha editorial do periódico entendia que a família contribuiria no processo educativo por meio dos ‘ensinamentos para a vida’:

Tais práticas, todavia, visavam à transmissão de valores e a incorporação de atitudes e comportamentos, produzindo sempre algo novo na criança, levando-a de um a outro estágio em seu aprendizado das coisas da vida social, mas também das coisas da vida familiar. (ANJOS, 2015, p.80)

De acordo com Anjos (2015), o bom comportamento poderia apresentar-se de maneiras variadas: “respeito, obediência, cumprimento dos deveres, desapego da terra, arrependimento, emenda, responsabilidade pelas consequências eventuais da ação, consciência dos erros”. (Anjos, 2015, p.97)

Logo, depreendemos que a Revista de Instrução e Educação acreditava que tanto a religião como a família teriam um papel preponderante na educação da nação. Ambas transmitiriam os princípios morais e civilizatórios pertinentes ao convívio social.

Além dos assuntos desenvolvidos neste capítulo a revista apresentou diversos conteúdos que não tivemos oportunidade de explanar, considerando, principalmente, a limitação do tempo. Cabe mencionar que o impresso publicou

muitas traduções de textos franceses que tratavam de instrução e educação; e apresentou experiências escolares de países como Portugal e Alemanha.

Ao analisarmos minuciosamente os tópicos propostos: papel do professor; escola obrigatória e instrução popular; iniciativa privada no cenário educacional; educação moral e religiosa; papel da família na educação, reiteramos que o discurso sobre 'Instrução e Educação', apresentado pela revista, era análogo aos assuntos que eram tratados e difundidos em todo território nacional; ou seja, legitimava as ações ligadas à instrução pública tanto em nível provincial quanto imperial , além de disseminar ideias com vistas ao incremento da educação e da instrução na sociedade local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa dedicou-se a identificar as concepções de educação e instrução veiculadas nas páginas da Revista Instrução e Educação, em circulação no Maranhão, entre os meses de agosto a outubro de 1877.

A fim de chegarmos a tal identificação, desenvolvemos três capítulos nos quais procuramos entender o lugar dessa revista no quadro da história e da historiografia sobre a imprensa pedagógica no Império e na Província do Maranhão; compreender a estrutura organizativa da escolarização maranhense durante o Império enquanto contexto de surgimento do periódico; examinar as estratégias discursivas e os conteúdos relativos à educação e a instrução veiculados na revista pedagógica maranhense.

A Revista de Instrução e Educação foi a primeira do gênero 'pedagógico' a ser editada na Província do Maranhão. Em sua gênese, destinou-se às classes desfavorecidas (artistas, trabalhadores, outros), contribuindo para o acesso e propagação da instrução pública. Assim, o estudo do periódico nos esclarece sobre organicidade e dinâmica do campo educacional, permitindo uma releitura e reescritura da história da educação brasileira.

No que tange a estrutura organizativa da escolarização maranhense percebemos que o Governo possuía vasta normatização a respeito, mas nem sempre as cumpria. No entanto, consideramos que apesar dos problemas nas instalações escolares, da ausência de investimento na formação professores e do baixo ordenado pago aos educadores, a Província do Maranhão apresentou resultados relevantes no âmbito da educação quando comparada a outras Províncias no mesmo período.

Presumimos que a fundação da revista pedagógica somou-se às iniciativas em prol da educação e instrução que se despontava na década de 1870, em São Luís.

Ao analisarmos as estratégias discursivas e os conteúdos sobre educação e instrução, verificamos principalmente sua função moral, civilizatória e pedagógica, direcionada, principalmente, a educação popular de adultos trabalhadores.

Enfim, atendendo ao que nos propomos nesta pesquisa, subdividimos as concepções em: de instrução e de educação. Em relação às concepções de instrução verificou-se que a revista discutia temas ligados a profissão docente e ao papel desempenhado pelo professor; conteúdos vinculados à obrigatoriedade escolar; matérias relacionadas à iniciativa privada e ao associativismo. Isto é, assuntos que naquele contexto eram relevantes porque havia uma preocupação com a expansão da escolarização, com o envolvimento da iniciativa particular para se somar aos esforços governamentais e com o debate sobre a obrigatoriedade do ensino.

As concepções aliadas à educação estavam fortemente associadas à moral e família, revelando uma marca acentuada da religião, mesmo com indícios da infiltração de outras ideias com bases positivistas.

Realizando uma análise prospectiva, a partir do que concluímos e dos limites desta pesquisa, o conteúdo do impresso analisado - Revista de Instrução e Educação – anuncia ainda, perspectivas para futuras pesquisas.

A primeira seria referente aos outros assuntos veiculados pela revista e que não foram selecionados nesta pesquisa. Ao tabular as matérias veiculadas no periódico, direcionamos a atenção para os temas nacionais, em detrimento dos textos de outros países e/ou traduções. Assim, um estudo possível seria o da circulação de modelos e propostas educacionais em perspectiva conectada ou transnacional.

A segunda perspectiva que merece novas investidas é a análise de como na segunda fase editorial (novembro 1877 a julho de 1878) todos esses temas foram abordados; ou se houve total abandono do projeto inicial da revista ou se, ainda, houve uma releitura em perspectiva ultramontana dessas mesmas questões.

A terceira é realizar um estudo comparado desse impresso pedagógico com outros do mesmo gênero, na mesma época, porém em outras Províncias, a fim de perceber semelhanças e diferenças, bem como as causas históricas disso em cada periódico e contexto a ser investigada em uma análise de história comparada.

Atendendo ao que fora proposto nesta pesquisa espera-se que este estudo encoraje outras pesquisas sobre os impressos publicados no Brasil Oitocentista, possibilitando à historiografia ampliar a compreensão sobre os diversos assuntos pertinentes à educação.

FONTES

JORNAIS IMPRESSOS:

ALMANAK DO DIÁRIO DO MARANHÃO. Maranhão, 1878, ano 1.

DIÁRIO DO MARANHÃO. Maranhão, 31 de julho de 1877, n.1195.

_____. Maranhão, 04 de agosto de 1877, n.1200.

REVISTA DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO, Maranhão, 11 de agosto de 1877, n.2.

_____. Maranhão, 25 de agosto de 1877, n.4.

_____. Maranhão, 1º de setembro de 1877, n.5.

_____. Maranhão, 08 de setembro de 1877, n.6.

_____. Maranhão, 15 de setembro de 1877, n.7.

_____. Maranhão, 22 de setembro de 1877, n.8.

_____. Maranhão, 13 de outubro de 1877, n.10.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia F. **Conexões com a História: Volume único**. São Paulo: Moderna, 2010.

AMARAL, José Ribeiro do. **O Maranhão Histórico: Artigos de jornal (1911-1912)**. São Luís: Instituto Geia, 2003. (Coleção Geia de Temas Maranhenses, v.1)

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na Primeira República: uma análise de conteúdo**. Dissertação de Mestrado FVG. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10438/9209>>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

ANDRADE, S. C. **Revista do Ensino de Minas Gerais (1886-1889): Um resgate do público leitor e uma estratégia de divulgação do campo pedagógico**. In: III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, 2005, São João Del Rei. Anais do III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, 2005.

ANJOS, Juarez J. Tuchinski dos. História da educação da criança pela família no século XIX: fontes para uma escrita. In: **Revista História da Educação**, v.19, n.45, jan/abr, 2015, p. 67-83.

_____. Representações em disputa sobre a educação da criança pela família (Província do Paraná, 1853-1889). **Educação e Pesquisa** [on line], v. 43, n.1, p.199-214, 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29849949012>> . Acesso em 06 de novembro de 2017.

BARBOSA, Marialva Carlos. Reflexões sobre a imprensa no Brasil de 1808. In: **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina**, v.5, n.2, 2008, p.91-109.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **A instrução Pública (1872-1875/1887-1888): permuta de luzes e ideias – Os editoriais de Alambary Luz**. XXII Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

_____. A imprensa de educação e ensino: observatório da formação docente e discente (Brasil, 1950-1980). **Revista Archivos de Ciências de La Educacion**, n.10, 2016.

_____. **As Revistas Pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do ensino do Rio Grande do Sul (1951-1922)**. In: BASTOS, Maria H. C.; CATANI,

Denice B. Educação em Revista. A imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 47-75.

_____. **Apêndice – A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944.** In: BASTOS, Maria H. C.; CATANI, Denice B. Educação em Revista. A imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997, p.173-187.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. In: **Revista de Cultura e Política Lua Nova**, São Paulo, n.71, 2007, p.41-79.

BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. **Diccionario Bibliografico Brasileiro 1827-1902.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. Volume I a VII. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

BOTTENTUIT, Aldimar Martins. **Os discursos dos presidentes da província do Maranhão Império sobre a instrução pública primária no período de 1870 a 1889.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2016. 150p.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Dispõe sobre Instrução Pública no Brasil Império. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legislacoes/doimperio>>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

_____. **Decreto n.1331A de 17 de fevereiro de 1854.** Approva o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Côrte. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legislacoes/doimperio>>. Acesso em: 16 de agosto de 2017.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989.**/Peter Burke; Tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província: A Imprensa Amazonense durante o período imperial (1851- 1889).** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, 2014, 151f.

CAMPOS, Alexandra Resende. Família e escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro. **Vertentes** (UFSJ), v. 19, p. 61-71, 2011.

CASTANHA, A. P. **O trabalho dos professores no Brasil do século XIX: uma leitura comparativa.** In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas: HISTEDBR, 2006, v. 1. p. 1.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **O Livro Escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrição.** 2012. 449f. Tese (Doutorado em educação), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

CASTRO, César A. **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889** (org). São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. **A imprensa Educacional Liceístas do Maranhão na Primeira República.** V CBHE - Congresso Brasileiro de História da Educação. SE: Aracaju, 2008.

CASTRO, César A.; CASTELLANOS, Samuel L. Velásquez. Educação e instrução nas províncias do Maranhão e Piauí. In: José Gonçalves Gondra; Omar Scheneider. (Org.). **Educação e instrução nas províncias e na corte imperial.** Vitória – EDUFES: Editora da UFES, 2011, v.3, p. 47-75.

_____. Uma instituição de ensino popular no Maranhão Império: A Sociedade Onze de Agosto. **Revista Histedbr Online**, Campinas, nº62, p.83-97, 2015.

CATANI, Denice Barbara. A Imprensa Periódica Educacional: As Revistas de Ensino e o Estudo do Campo Educacional. In: **Revista Educação e Filosofia**, 1996, v.10 (20), p.115-130.

COELHO, Joseilma Lima; SILVA, Ana Paula. **Educação na Imprensa: elementos para a escrita da história da escola primária do Maranhão no século XIX.** Anais VII SBHE. Mato Grosso: Cuiabá: 2013.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **A Presidência de Província no Império.** XXII Simpósio Nacional de História. Anais ANPUH. Paraíba: João Pessoa, 2003.

COSTA, Célio J. ; Menezes, Sezinando L. **A educação no Brasil Colonial (1549-1759).** In: ROSSI, Ednéia R.; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima M. (org). Fundamentos Históricos da Educação no Brasil. 2.ed.rev.e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

COSTA, Odaléia Alves da. **O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881).** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Para entender a relação escola-família – uma contribuição da história da educação.** São Paulo Perspectiva. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp.44-50.

FRANÇA, Franciele F. **A arte de ensinar: meandros do ofício de mestre de primeiras letras na província do Paraná (1857-1884).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 2014.

GONDRA, José Gonçalves. Soldados da instrução e a emergência da imprensa pedagógica na capital do Brasil (1877-1878). **Revista Mexicana de Historia de la Educación** , v. III, p. 97-117, 2015.

GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar. **Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial: Brasil, 1822-1889.** Vitória: EDUFES, 2011. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil).

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História.** (Trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza) - 2ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2005.

IGNOTUS (SERRA, Joaquim). **Sessenta anos de jornalismo – A imprensa no Maranhão 1820-1880.** Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883.

JINZENJ, Mônica Yumi. O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v.3, n.1, p.150-166, 2012.

LOPES, Eliane Marta T; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Território Plural: A pesquisa em história da educação.** 1ª Ed. São Paulo: Ática, 2010.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (organizadoras). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ricardo André F.; Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista. In: **Revista Interamericana de Comunicação Midiática da Universidade de Santa Maria – Animus**, v.9, n.18, 2010.

MELO, Sandra M. B. Alves. **Percurso Histórico da formação de professores para a escola primária no Maranhão: Império e República Velha.** IX Seminário Nacional de Estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. Anais eletrônicos. Paraíba: João Pessoa, 2012.

MOLINA, Matías M. **História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à regência (1500-1840)** – Volume I. 1ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marco. **Os primeiros passos da palavra impressa.** In: MARTINS, A.; LUCA, T. (org.). **Histórias da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, Fátima Maria. O método pedagógico de Lancaster e a instituição do estado nacional brasileiro. In: **Fundamentos históricos da educação no Brasil**/Ednéia Regina Rossi, Elaine Rodrigues, Fátima Maria Neves, organizadoras. 2ª ed.rev.e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

NÓVOA, António. **A Imprensa de Educação e Ensino.** In: BASTOS, Maria H. C.; CATANI, Denice B. **Educação em Revista. A imprensa Periódica e a História da Educação.** São Paulo: Escrituras, 1997, p.11-31.

OLIVERA, Antônio de Almeida. **O ensino público. Brasília: Senado Federal, 2003, 373p.** (Edições Senado Federal, v.4)

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PALHARES-BURKE, Maria Lúcia G. (1998). **A Imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX.** In: **Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 104, p.144-161, jul. 1998.**

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922.** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SCHELBAUER, Anaete Regina. As bases da construção do sistema educacional durante o Segundo Reinado (1850-1889). In: **Fundamentos históricos da educação no Brasil**/Ednéia Regina Rossi, Elaine Rodrigues, Fátima Maria Neves, organizadoras. 2ª ed.rev.e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

SCHUELER, Alessandra Frota de. Representações da docência na imprensa pedagógica na corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p.379-390, 2005.

SILVA, Diana Rocha da; BORGES, Almicéia L. Diniz; MENDES, Márcio Souza. **Educação Pública Maranhense: um olhar sobre a instrução pública a partir de leis, decretos e regulamentos (1880-1900)**. Anais do VI CBHS - Congresso Brasileiro de História da Educação. ES: Vitória, 2011.

SILVA, Lidiane R. Campelo da; DAMACENO, Ana Danielle; MARTINS, Maria da C. Rodrigues; SOBRAL, Karine Martins; FARIAS, Isabel Maria S de. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. IX Congresso Nacional de Educação – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR: 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Carlos Erick Brito de; **A Permissão à palavra impressa: condições de circulação dos primeiros jornais no Brasil e no Maranhão**. In: César Augusto (org.). Anais do II Encontro Maranhense de História da Educação. São Luis: EDUFMA, 2009.

TAVARES, Rachel Sousa. **A infância no Maranhão imperial: a escolarização pública primária da criança pobre e livre no período de 1855-1889**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luis: 2009.150p.

VERALDO, Ivana. **A Educação brasileira na segunda metade do século XVIII (1759-1822)**. In: Fundamentos históricos da educação no Brasil/Ednéia Regina Rossi, Elaine Rodrigues, Fátima Maria Neves, organizadoras. 2ª ed.rev.e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente**. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (orgs). Obrigatoriedade Escolar no Brasil. Cuiabá: EdUFMT, 2013, v.1, p.11-20.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular do Maranhão**. Maranhão, 1937. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161523>. Acesso em: 5 de agosto de 2017.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de educação da USP, São Paulo: 2008.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa – algumas considerações metodológicas.** Projeto História, São Paulo, v.4, p.89-102, 1985.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Como perspectiva profissional agudo a nomeação para o concurso público em que fui aprovada para o cargo efetivo de professora em atividades da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, realizado em janeiro de 2017.

Pretendo seguir com as pesquisas na área de História de Educação Brasileira, ou seja, seguir na pós-graduação – Mestrado, e futuramente Doutorado, com intuito de continuar contribuindo para a área de História da Educação, além de manter-me atualizada e em contato com a academia. E em futuro próximo, pleitear uma vaga como docente nas universidades públicas brasileiras.

ANEXO

I - Mapa das escolas e alunos que deveria ter cada Província brasileira* no ano de 1873.

PROVÍNCIAS	POPULAÇÃO LIVRE	QUANTAS ESCOLAS DEVERIA TER	QUANTOS ESCOLARES	QUANTAS ESCOLAS TEM	QUANTOS ESCOLARES	QUANTAS ESCOLAS FALTAM	QUANTOS MENINOS CRESCEM NA IGNORÂNCIA
Amazonas.....	75.000	200	10.714	44	1.217	156	9.497
Pará.....	290.000	773	41.428	183	5.891	590	35.537
Maranhão.....	420.000	1.120	60.000	156	6.320	964	53.680
Piauí.....	161.518	430	23.074	74	1.816	356	21.250
Ceará.....	530.000	1.413	75.714	271	17.135	1.142	58.579
Rio Grande do Norte...	220.000	586	31.428	92	2.938	494	28.490
Paraíba.....	270.000	720	38.571	123	4.952	597	33.619
Pernambuco.....	1.000.000	2.666	142.857	457	14.727	2.209	128.067
Alagoas.....	306.534	817	43.790	207	6.715	610	37.075
Sergipe.....	230.000	613	32.857	179	6.073	434	26.566
Bahia.....	1.140.000	3.066	162.857	376	19.666	2.690	14.319
Espírito Santo.....	51.825	138	7.403	87	1.974	51	5.429
Rio de Janeiro.....	800.000	2.133	114.285	580	13.774	1.553	100.509
Município Neutro.....	226.033	602	32.290	176	8.649	426	23.641
São Pedro.....	360.000	960	51.428	362	11.651	598	39.777
São Paulo.....	770.000	2.053	110.000	582	18.738	1.471	91.262
Paraná.....	110.000	293	15.714	102	2.445	191	13.269
Santa Catarina.....	125.000	333	17.857	122	3.934	211	13.923
Minas Gerais.....	1.200.000	3.200	171.428	621	18.005	2.579	153.523
Mato Grosso.....	60.000	159	8.571	32	1.236	127	7.335
Goiás.....	145.000	386	20.714	74	2.211	312	18.503
Soma.....	8.490.910	22.651 ¹	1.212.980 ²	4.890	170.067	17.761	1.042.910

Fonte: Oliveira, 2003, p.326

*Dando-se uma escola para 375 habitantes, e considerando-se que os alunos em idade escolar representam a sétima parte da população.

APÊNDICE

I - Levantamento dos jornais publicados no Maranhão (Castellanos, 2012, p.364-365)

1821	O Conciliador do Maranhão A Malagueta maranhense	1835	O Investigador Maranhense O Justiceiro Correio da Assembleia Provincial O Estandarte
1822	A Folha Medicinal do Maranhão Palmatória Semanal Gazeta da Verdade Brado Maranhense	1836	O Cacambo O Americano O Investigador Constitucional
1823	Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão Diário Eclesiástico Independente Diário do Governo	1837	Sete de Setembro O Momborre O Correionador dos Abusos A Tábua de Salvação Sete de Abril A Temperança Suplemento Cacambo
1824	O Amigo do Homem	1838	A Sentinela Chrônica Maranhense O Bem-te-vi Crônica dos Cronistas Caçador de Bem-te-vi O Amigo do Povo O Despertador Maranhense Correio D'Anúncios 28 de Julho O Recopilador de Anedotas.
1825	O Argos da Lei O Censor Maranhense Verdadeiro Patriota Brasileiro	1839	A Revista O Militar O Recreio dos Maranhenses O Amigo do País Buscapé.
1826	O Piparote	1840	O Moralista O Cometa O Legalista O Astro Maranhense O Guajajara O Raio O Correio Unitário O Berimbau
1827	O Farol Maranhense.	1841	O Imperialista O Jornal Maranhense O Monarquista
1828	O Despertador Constitucional A Bandura Minerva	1842	Publicador Maranhense O Correio Maranhense O Dissidente A Opinião Maranhense O Caboclo Maranhense O Pica-Pau O Museu Maranhense
1829	A Estrela do Norte do Brasil A Cigarra O Farol Maranhense O Poraquê O Azorrague dos Corcundas CegaRega	1843	O Maranhão O Diário Eco da Oposição Figa
1830	O Brasileiro Semanário Oficial A Almanack Mercantil O Clarim A Segunda Estrela do Norte do Brasil		
1831	O Publicador Oficial O Constitucional O Jornal dos Anúncios A Bússola da Liberdade A Opinião O Cruzeiro O Anticristo		
1832	O Brasileiro O Correio do Conselho Provincial O Mentor Liberal O Escudo da Verdade O Rondante Político Foguete Reformatório		
1833	O Publicola Brasileiro A Sentinela Maranhense Atalaia dos Caiporas Voz do Bacanga		
1834	Echo do Norte O Berro do Norte Correio Semanal do Maranhão O Publicador da Relação		

1844	Tapy Ouaiçu Vigilante da Liberdade		
1845	Jornal de Instrução e Recreio O Almazém A Rabeca O Atleta Piauiense O Tribuno do Povo Correio de Anúncios		
1846	Brado Maranhense O Arquivo Jornal da Sociedade Filomática Maranhense A Matraca O Arre e Irra O Patusco O Cacete O Progresso		
1847	O Homem do Povo O Observador O Bem-te-vi Maranhense O Barrete O Progresso O Almanack do Maranhão		
1848	Diário Maranhense O Tribuno do Norte O Verdadeiro Patriota		
1849	A Sentinela da Noite Revista Universal Maranhense O Porto Franco A Época O Vulcão O Canella O Bem-te-vi Corcunda O Mexeriqueiro O Salvador do Porto O Sonhador da Liberdade O Timbira O Luzia O Defensor do Povo O Estandart O Progresso		
1850	A Marmota Maranhense Argos Maranhense O Infante		
1851	O Constitucional Correio dos Anúncios		
1852	O Novo Farol O Despertador O Eclesiástico A Marmotinha Jornal de Timon O Propugnador Católico O Universal O Globo		
1853	O Conciliador O Apreciador Dramático		
1854	O Cristianismo O Botão de Ouro A Sentinela		
1855	Diário do Maranhão		
			O Suspiro Regeneração Política A Saudade
1856			A Nova Época
1857			A Conciliação A Moderação A Imprensa A Estrela da Tarde O Globo Jornal dos Jovens Jornal do Comércio
1858			O Iguaçu O Japi A Aurora do Norte Álbum Maranhense O Guaraciaba O Conservador O Século
1859			Correio da Tarde A Estrela Maranhense
1860			Eco da Verdade. Ordem e Progresso A Verdadeira Marmota A Jararaca Porto Livre
1861			A Opinião Pública Clarim da Monarquia O Jardim dos Maranhenses O Jornal do Comércio O Pirlampo
1862			Revista Jurídica O Artista A Coalizão O Fórum O Insulano Heráldica A Situação
1863			O Paíz O Constitucional Ginásio Literário O Eco da Pátria O Ramalhete
1864			A Aurora Maranhense O Trevo O Trovador A Fé O Echo da Juventude A Lanterna de Diógenes Palestra Militar A Verdade Satanás Boletim Comercial
1865			A Tribuna A Exposição Evangélica Apreciável
1866			Primavera Revista Comercial Tifon A Casca do Caneleiro
1867			Semanário Maranhense

1868	O Artista	1882	A Ordem
1869	Juvelinia A Atualidade A Nação O Fantasma O Repressor O Liberal	1883	Gazeta de Notícias
1870	O Formigão 14 de Janeiro A Opinião Pública Monitor A Esperança O Chicote	1884	O Cruzeiro O Pigmeu Aurora Boreal Carapuça Jornal da Tarde Tribuno O Abolicionista
1871	O Telégrafo O Forte	1885	Gazeta do Povo A Província O Repolho O Sorriso Voz do Povo O Estudante Porvir A Evolução O Repórter
1872	A Brisa O Domingo	1886	O Echo A Luz O Protesto A Federação
1873	Diário da Manhã	1887	O Mensageiro Revista Maranhense O Binóculo O Estudante Campeão Português A Semana
1874	A Instrução O Justo	1888	O Novo Brasil Eco do Norte Vibração Suave
1875	Jornal da Lavoura A Mocidade	1889	O Globo A República Luso-Brasileiro O Século O Povo
1876	Revista Juvenil Gazeta do Povo Jornal para Todos A Floresta Movimento Médico		
1877	Revista de Instrução e Educação		
1878	O Tempo A Escola O Democrata		
1879	A Flecha O Regenerador		
1880	Pacotilha O Tribuno A Civilização O pensador A Lei O Malho Idália França		
1881	O Futuro		